

# Dossiê Bem-Viver

**A expressão bem-viver significa, em primeiro lugar, “viver bem entre nós”. Trata-se de uma convivência comunitária intercultural, sem assimetrias de poder. É um modo de viver sentindo-se parte da comunidade e em harmonia com a natureza. A comunidade não é formada só de humanos. Comunidade é tudo: animais, plantas, água, minerais e espíritos. Isso muda muita coisa.**

Iser Assessoria

## Sumário

|  |    |
|--|----|
| 'Viver Bem'. Uma concepção diferente de vida .....   | 1  |
| Ativistas querem desvincular conceitos de bem-viver e padrão de consumo.....                 | 2  |
| Bolívia. 25 postulados para entender o 'Viver Bem' .....                                     | 3  |
| Fernando Huanacuni - "Nosso modelo não é comunista, mas comunitário" .....                   | 7  |
| Isabel Rauber - Bolívia. Uma opção civilizatória com rosto indígena .....                    | 9  |
| Sumak Kawsay, Suma Qamana, Teko Pora. O Bem-Viver: Revista IHU nº 340.....                   | 13 |
| Eduardo Gudynas - Bem-Viver: Germinando alternativas ao desenvolvimento.....                 | 14 |
| Paulo Suesc - Elementos para a busca do bem viver - sumak kawsay - para todos e sempre ..... | 31 |
| Marcelo Barros - Bom viver para todo o mundo .....   | 38 |
| Pedro de A. Ribeiro de Oliveira - Bem-viver: proposta de vida na Terra .....                 | 40 |
| Ivo Lesbaupin - Por uma nova concepção de desenvolvimento .....                              | 45 |
| Mercedes Lopes Bíblia e Bem-Viver .....  | 48 |

### 'Viver Bem'. Uma concepção diferente de vida

[de IHU Conjuntura da Semana 29.09.10] Na luta contra a destruição do planeta e no debate sobre como preservar o que resta, redescobrimos os povos indígenas. Hoje realizamos dezenas de campanhas – como as analisadas aqui – para motivar as pessoas a consumirem menos e colocarem menos pressão sobre os recursos naturais. Os povos indígenas não precisam nada disso. Os povos indígenas nos ensinam que o conceito de sustentabilidade está vinculado a outra lógica, ao não crescimento, ao respeito e preservação da biodiversidade.

Nos últimos anos, diversos países latino-americanos, como Equador e Bolívia, vem incorporando nas suas constituições, o conceito do [bem-viver](#), que nas línguas dos povos originários soa como *Sumak Kawsay* (quíchua), *Suma Qamaña* (aimará), *Teko Porã* (guarani). Para alguns sociólogos e pesquisadores temos aí uma das grandes novidades no início do século XXI.

Redescobre-se agora um conceito milenar: O 'Viver Bem'. “A expressão Viver Bem, própria dos povos indígenas da Bolívia, significa, em primeiro lugar ‘viver bem entre nós’. Trata-se de uma convivência comunitária intercultural e sem assimetrias de poder (...) É um modo de viver sendo e sentindo-se parte da comunidade, com sua proteção e em harmonia com a natureza (...) diferenciando-se do ‘viver melhor’ ocidental, que é individualista e que se faz geralmente a expensas dos outros e, além disso, em contraponto à natureza”, escreve [Isabel Rauber](#), pensadora latino-americana, estudiosa dos processos de construção do poder popular em indo-afro-latinoamérica.

De acordo com [David Choquehuanca](#), o Viver Bem é um processo que está apenas começando e que pouco a pouco irá se massificando: “Para os que pertencem à cultura da vida, o mais importante não é o dinheiro nem o ouro, nem o ser humano, porque ele está em último lugar. O mais importante são os rios, o ar, as montanhas, as estrelas, as formigas, as borboletas (...) O ser humano está em último lugar, para nós o mais importante é a vida”.

[Fernando Huanacuni](#), uma das principais referências intelectuais dos aymara na Bolívia, sustenta que a base do processo de mudança no país está na retomada de culturas originárias. “Quando falamos de comunidade, não falamos só de humanos. Comunidade é tudo: animais, plantas, pedras”, diz ele.

O indígena não critica apenas o utilitarismo do capitalismo, mas critica também o utilitarismo do marxismo: “O marxista quer, tem somente um pensamento material. Nós preferimos não explorar porque é importante para o equilíbrio da vida. Mas o marxista não pensa assim. Para mudar o sentido de um rio, o marxista vai colocar tratores e pronto. O indígena vai dizer ‘não, calma, espera, vamos pedir permissão para os nossos ancestrais e vejamos se é bom’. O marxista vai dizer ‘claro que é bom, aqui vamos produzir’. Ele não vê importância no espiritual, não o sente. Por isso ainda não está entendendo”. O “nosso modelo não é comunista, mas comunitário”, diz ele.

O líder yanomami [Davi Kopenawa](#) diz que “o homem branco está enlouquecido com a terra, sempre quer tirar mais e mais para que a cidade cresça. Só pensa no solo: petróleo, ouro, minerais, estradas, carros, trens”. [Interpela](#) o líder indígena: “Vocês falam em resgate: cortaram a floresta e, agora, para resgatar é difícil e já está tarde. Tem de resgatar antes de destruir. O homem da cidade não gosta da natureza, dos animais, das árvores. Ele só gosta de derrubar e fazer plantação de capim. Quem come capim? O boi. O homem branco é capitalista, pensa só no dinheiro e em derrubar as árvores, matar animais”, diz ele.

O Bem-Viver nos convida a “sair da dicotomia entre ser humano e natureza”, diz [Katu Arkonada](#), pesquisador e analista do Centro de Estudos Aplicados aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – **Ceadesc**, da Bolívia. Ou seja: “despertar para uma consciência de que somos filhos da Mãe Terra, da Pachamama, e tomar consciência de que somos parte dela, de que dela viemos e com ela nos complementamos”. É um estilo de vida que nos ensina “não a viver melhor, mas sim a viver bem com menos”, resume.

■

### **Ativistas querem desvincular conceitos de bem-viver e padrão de consumo**

[29/1/2010] No terceiro dia de Fórum, uma heterogênea mesa discutiu o “**Bem-viver**”. As falas foram taxativas. Para a construção de um outro modelo de sociedade, a noção de bem-viver deve deixar de se basear no padrão de consumo, passando a tomar como referência a capacidade de felicidade, solidariedade e coletivismo. “No conceito clássico de bem-viver, não importa se somos felizes, se temos famílias desestruturadas, nada disso. Temos que construir outro modelo, de civilização e sonhos”, disse a sulafricana **Mercia Andrews**, da Trust for Community Outreach and Education (TCOE).

A reportagem é de **Leandro Uchoas** e publicada pelo jornal **Brasil de Fato**, 29-01-2010.

Uma frase de **Ana Maria Prestes**, da Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes (OCLAE), resume a dimensão desse debate no décimo aniversário do evento. “A inclusão desse tema no **Fórum Social Mundial** é, por si só, uma demonstração do êxito do Fórum. Em 2001 e 2002, talvez não fosse possível falar disso. Agora, o tema amadureceu. O Fórum tem essa capacidade de resgatar temas milenares que haviam sido subjugados”, disse.

Na opinião de **Zraih Abderkadel**, do Fórum das Alternativas do Marrocos, já estaríamos em uma nova fase nesse processo. O conjunto de governos progressistas e de esquerda teriam projetado um conjunto de alternativas e modelos para conformar um projeto de enfrentamento ao consumo. Nesse sentido, o equatoriano Segundo **Churuchumbi**, da Ecuarunari, ressaltou a importância de que essa construção seja coletiva, e parta das próprias mobilizações do Fórum.

O italiano **Marco Deriu**, da Universidade de Parma, preferiu exemplificar com números a falência do modelo estruturado no consumo. Segundo ele, a humanidade consome anualmente 60 bilhões de toneladas de recursos naturais. Estaríamos consumindo 30% a mais do volume que a terra é capaz de regenerar. Teríamos uma espécie de “dívida ambiental”. “Muita gente usa o conceito de 'desenvolvimento sustentável'. Acho isso uma forma de fazer as mesmas coisas de sempre com uma tinturinha verde. É preciso que a mudança seja radical. Uma reorientação completa da política ambiental e do desenvolvimento”, afirmou.

Chamou a atenção os resultados de uma pesquisa realizada pela equipe de **Mercia** na África do Sul. Os dados foram coletados na cidade natal da ativista, onde muitos vestígios do apartheid permaneceriam presentes. Perguntava-se o que as pessoas queriam, o que era necessário mudar em suas vidas. 68% afirmaram que queriam terra. E a grande maioria deles não queria muito. Apenas de 1 a 5 hectares. Entre as mulheres, o pedido majoritário foi por paz. A pesquisa comprovaria que, em meio a sociedade civil, nem sempre flui o ideário de consumo desenfreado.



## **Bolívia. 25 postulados para entender o 'Viver Bem'**

[9/2/2010] Em uma entrevista, o ministro das Relações Exteriores e especialista em cosmovisão andina, **David Choquehuanca**, explica os principais detalhes desta proposta que situa a vida e a natureza como eixos centrais.

A matéria está publicada no jornal boliviano **La Razón**, 31-01-2010. A tradução é do **Cepat**.

O Viver Bem, modelo que o governo de **Evo Morales** busca implementar, pode ser resumido como viver em harmonia com a natureza, algo que retomaria os princípios ancestrais das culturas da região. Estas considerariam que o ser humano passa a um segundo plano em relação ao meio ambiente.

O chanceler **David Choquehuanca** e um dos estudiosos aimara desse modelo e especialista em cosmovisão andina, conversou com **La Razón** durante uma hora e meia e explicou os detalhes destes princípios reconhecidos no artigo 8 da **Constituição Política do Estado (CPE)**.

“Queremos voltar a Viver Bem, o que significa que agora começamos a valorizar a nossa história, a nossa música, a nossa vestimenta, a nossa cultura, o nosso idioma, os nossos recursos naturais, e depois de valorizar decidimos recuperar tudo o que é nosso, voltar a ser o que éramos”.

O artigo 8 da **CPE** estabelece que: “O Estado assume e promove como princípios ético-morais da sociedade plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (não sejas preguiçoso, não sejas mentiroso nem ladrão), suma qamaña (viver bem), ñandereko (vida harmoniosa), teko kavi (vida boa), ivi maraei (terra sem males) y qhapaj ñan (caminho ou vida nobre).

O **Chanceler** marcou distância com o socialismo e mais ainda com o capitalismo. O primeiro busca satisfazer as necessidades humanas e para o capitalismo o mais importante é o dinheiro e a mais-valia.

De acordo com **David Choquehuanca**, o Viver Bem é um processo que está apenas começando e que pouco a pouco irá se massificando.

“Para os que pertencem à cultura da vida, o mais importante não é o dinheiro nem o ouro, nem o ser humano, porque ele está em último lugar. O mais importante são os rios, o ar, as montanhas, as estrelas, as formigas, as borboletas (...) O ser humano está em último lugar, para nós o mais importante é a vida”.

### **Nas culturas**

**Aimara** – antigamente os moradores das comunidades aimara na Bolívia aspiravam a ser qamiris (pessoas que vivem bem).

**Quechuas** – igualmente, as pessoas desta cultura desejavam ser um qhapaj (pessoa que vive bem). Um bem-estar que não é econômico.

**Guarani** – o guarani sempre aspira a ser uma pessoa que se move em harmonia com a natureza, isto é, que espera algum dia ser iyambae.

### **O Viver Bem dá prioridade à natureza mais que ao ser humano**

*Estas são as características que pouco a pouco serão implementadas no novo Estado Plurinacional*

#### **Priorizar a vida**

Viver Bem é buscar a vivência em comunidade, onde todos os integrantes se preocupam com todos. O mais importante não é o ser humano (como afirma o socialismo) nem o dinheiro (como postula o capitalismo), mas a vida. Pretende-se buscar uma vida mais simples. Que seja o caminho da harmonia com a natureza e a vida, com o objetivo de salvar o planeta e dar a prioridade à humanidade.

#### **Obter acordos consensuados**

Viver Bem é buscar o consenso entre todos, o que implica que mesmo que as pessoas tenham diferenças, na hora de dialogar se chegue a um ponto de neutralidade em que todas coincidam e não se provoquem conflitos. “Não somos contra a democracia, mas o que faremos é aprofundá-la, porque nela existe também a palavra submissão e submeter o próximo não é viver bem”, esclareceu o chanceler **David Choquehuanca**.

### **Respeitar as diferenças**

Viver Bem é respeitar o outro, saber escutar todo aquele que deseja falar, sem discriminação ou qualquer tipo de submissão. Não se postula a tolerância, mas o respeito, já que, mesmo que cada cultura ou região tenha uma forma diferente de pensar, para viver bem e em harmonia é necessário respeitar essas diferenças. Esta doutrina inclui todos os seres que habitam o planeta, como os animais e as plantas.

### **Viver em complementaridade**

Viver Bem é priorizar a complementaridade, que postula que todos os seres que vivem no planeta se complementam uns com os outros. Nas comunidades, a criança se complementa com o avô, o homem com a mulher, etc. Um exemplo colocado pelo **Chanceler** especifica que o homem não deve matar as plantas, porque elas complementam a sua existência e ajudam para que sobreviva.

### **Equilíbrio com a natureza**

Viver Bem é levar uma vida equilibrada com todos os seres dentro de uma comunidade. Assim como a democracia, a justiça também é considerada excludente, de acordo com o chanceler **David Choquehuanca**, porque só leva em conta as pessoas dentro de uma comunidade e não o que é mais importante: a vida e a harmonia do ser humano com a natureza. É por isso que Viver Bem aspira a ter uma sociedade com equidade e sem exclusão.

### **Defender a identidade**

Viver Bem é valorizar e recuperar a identidade. Dentro do novo modelo, a identidade dos povos é muito mais importante do que a dignidade. A identidade implica em desfrutar plenamente de uma vida baseada em valores que resistiram mais de 500 anos (desde a conquista espanhola) e que foram legados pelas famílias e comunidades que viveram em harmonia com a natureza e o cosmos.

### **Um dos principais objetivos do Viver Bem é retomar a unidade de todos os povos**

*O ministro das Relações Exteriores, **David Choquehuanca**, explicou que o saber comer, beber, dançar, comunicar-se e trabalhar também são alguns aspectos fundamentais.*

### **Aceitar as diferenças**

Viver Bem é respeitar as semelhanças e diferenças entre os seres que vivem no mesmo planeta. Ultrapassa o conceito da diversidade. “Não há unidade na diversidade, mas é semelhança e diferença, porque quando se fala de diversidade só se fala de pessoas”, diz o **Chanceler**. Esta colocação se traduz em que os seres semelhantes ou diferentes jamais devem se ofender.

### **Priorizar direitos cósmicos**

Viver Bem é dar prioridade aos direitos cósmicos antes que aos Direitos Humanos. Quando o Governo fala de mudança climática, também se refere aos direitos cósmicos, garante o **Ministro das Relações Exteriores**. “Por isso, o Presidente (**Evo Morales**) diz que vai ser mais importante falar sobre os direitos da Mãe Terra do que falar sobre os direitos humanos”.

### **Saber comer**

Viver Bem é saber alimentar-se, saber combinar os alimentos adequados a partir das estações do ano (alimentos de acordo com a época). O ministro das Relações Exteriores, **David Choquehuanca**, explica que esta consigna deve se reger com base na prática dos ancestrais que se alimentam com um determinado produto durante toda a estação. Comenta que alimentar-se bem garante boa saúde.

### **Saber beber**

Viver Bem é saber beber álcool com moderação. Nas comunidades indígenas cada festa tem um significado e o álcool está presente na celebração, mas é consumido sem exageros ou ofender alguém. “Temos que saber beber; em nossas comunidades tínhamos verdadeiras festas que estavam relacionadas com as estações do ano. Não é ir a uma cantina e se envenenar com cerveja e matar os neurônios”.

### **Saber dançar**

Viver Bem é saber dançar [danzar], não simplesmente saber bailar [bailar]. A dança se relaciona com alguns fatos concretos, como a colheita ou o plantio. As comunidades continuam honrando com dança e música a Pachamama, principalmente em épocas agrícolas; entretanto, nas cidades as danças originárias são consideradas expressões folclóricas. Na nova doutrina se renovará o verdadeiro significado do dançar.

### **Saber trabalhar**

Viver Bem é considerar o trabalho como festa. “O trabalho para nós é felicidade”, disse o chanceler **David Choquehuanca**, que recalca que ao contrário do capitalismo onde se paga para trabalhar, no novo modelo do Estado Plurinacional, se retoma o pensamento ancestral de considerar o trabalho como festa. É uma forma de crescimento, é por isso que nas culturas indígenas se trabalha desde pequeno.

### **Retomar o Abya Yala**

Viver bem é promover a união de todos os povos em uma grande família. Para o **Chanceler**, isto implica em que todas as regiões do país se reconstituam no que ancestralmente se considerou como uma grande comunidade. “Isto tem que se estender a todos os países. É por isso que vemos bons sinais de presidentes que estão na tarefa de unir todos os povos e voltar a ser o Abya Yala que fomos”.

### **Reincorporar a agricultura**

Viver Bem é reincorporar a agricultura às comunidades. Parte desta doutrina do novo Estado Plurinacional é recuperar as formas de vivência em comunidade, como o trabalho na terra, cultivando produtos para cobrir as necessidades básicas para a subsistência. Neste ponto se fará a devolução de terras às comunidades, de maneira que se produzam as economias locais.

### **Saber se comunicar**

Viver Bem é saber se comunicar. No novo Estado Plurinacional se pretende retomar a comunicação que existia nas comunidades ancestrais. O diálogo é o resultado desta boa comunicação mencionada pelo **Chanceler**. “Temos que nos comunicar como antes os nossos pais o faziam, e resolviam os problemas sem que se apresentassem conflitos, não temos que perder isso”.

### **O Viver Bem não é “viver melhor”, como propugna o capitalismo**

*Entre os preceitos estabelecidos pelo novo modelo do Estado Plurinacional, figuram o controle social, a reciprocidade e o respeito à mulher e ao idoso.*

### **Controle social**

Viver Bem é realizar um controle obrigatório entre os habitantes de uma comunidade. “Este controle é diferente do proposto pela Participação Popular, que foi rechaçado (por algumas comunidades) porque reduz a verdadeira participação das pessoas”, disse o chanceler **Choquehuanca**. Nos tempos ancestrais, “todos se encarregavam de controlar as funções que suas principais autoridades realizavam”.

### **Trabalhar em reciprocidade**

Viver Bem é retomar a reciprocidade do trabalho nas comunidades. Nos povos indígenas esta prática se denomina ayni, que não é mais do que devolver em trabalho a ajuda prestada por uma família em uma atividade agrícola, como o plantio ou a colheita. “É mais um dos princípios ou códigos que garantirão o equilíbrio nas grandes secas”, explica o Ministro das Relações Exteriores.

### **Não roubar e não mentir**

Viver Bem é basear-se no ama suwa e ama qhilla (não roubar e não mentir, em quéchua). É um dos preceitos que também estão incluídos na nova Constituição Política do Estado e que o Presidente prometeu respeitar. Do mesmo modo, para o **Chanceler** é fundamental que dentro das comunidades se respeitem estes princípios para conseguir o bem-estar e confiança em seus habitantes. “Todos são códigos que devem ser seguidos para que consigamos viver bem no futuro”.

### **Proteger as sementes**

Viver Bem é proteger e guardar as sementes para que no futuro se evite o uso de produtos transgênicos. O livro **Viver Bem, como resposta à crise global**, da **Chancelaria da Bolívia**, especifica que uma das características deste novo modelo é preservar a riqueza agrícola ancestral com a criação de bancos de sementes que evitem a utilização de transgênicos para incrementar a produtividade, porque se diz que esta mistura com químicos prejudica e acaba com as sementes milenares.

### **Respeitar a mulher**

Viver Bem é respeitar a mulher, porque ela representa a Pachamama, que é a Mãe Terra que tem a capacidade de dar vida e de cuidar de todos os seus frutos. Por estas razões, dentro das comunidades, a mulher é valorizada e está presente em todas as atividades orientadas à vida, à criação, à educação e à revitalização da cultura. Os moradores das comunidades indígenas valorizam a mulher como base da organização social, porque transmitem aos seus filhos os saberes de sua cultura.

### **Viver Bem e NÃO melhor**

Viver Bem é diferente de viver melhor, o que se relaciona com o capitalismo. Para a nova doutrina do Estado Plurinacional, viver melhor se traduz em egoísmo, desinteresse pelos outros, individualismo e pensar somente no lucro. Considera que a doutrina capitalista impulsiona a exploração das pessoas para a concentração de riquezas em poucas mãos, ao passo que o Viver Bem aponta para uma vida simples, que mantém uma produção equilibrada.

### **Recuperar recursos**

Viver Bem é recuperar a riqueza natural do país e permitir que todos se beneficiem desta de maneira equilibrada e equitativa. A finalidade da doutrina do Viver Bem também é a de nacionalizar e recuperar as empresas estratégicas do país no marco do equilíbrio e da convivência entre o ser humano e a natureza em contraposição à exploração irracional dos recursos naturais. “Deve-se, sobretudo, priorizar a natureza”, acrescentou o **Chanceler**.

### **Exercer a soberania**

Viver Bem é construir, a partir das comunidades, o exercício da soberania no país. Isto significa, segundo o livro **Viver Bem, como resposta à crise global**, que se chegará a uma soberania por meio do consenso comunal que defina e construa a unidade e a responsabilidade a favor do bem comum, sem que nada falte. Nesse marco, se reconstruirão as comunidades e nações para construir uma sociedade soberana que será administrada em harmonia com o indivíduo, a natureza e o cosmos.

### **Aproveitar a água**

Viver Bem é distribuir racionalmente a água e aproveitá-la de maneira correta. O **Ministro das Relações Exteriores** comenta que a água é o leite dos seres que habitam o planeta. “Temos muitas coisas, recursos naturais, água e, por exemplo, a França não tem a quantidade de água nem a quantidade de terra que há em nosso país, mas vemos que não há nenhum Movimento Sem Terra, assim que devemos valorizar o que temos e preservá-lo o melhor possível, isso é Viver Bem”.

### **Escutar os anciãos**

Viver Bem é ler as rugas dos avós para poder retomar o caminho. O **Chanceler** destaca que uma das principais fontes de aprendizagem são os anciãos das comunidades, que guardam histórias e costumes que com o passar dos anos vão se perdendo. “Nossos avós são bibliotecas ambulantes, assim que devemos aprender com eles”, menciona. Portanto, os anciãos são respeitados e consultados nas comunidades indígenas do país.



## **Fernando Huanacuni - "Nosso modelo não é comunista, mas comunitário"**

[14/7/2009] **Fernando Huanacuni**, uma das principais referências intelectuais dos aymara na Bolívia, sustenta que a base do processo de mudança no país está na retomada de culturas originárias.

A reportagem e a entrevista é de **Vinicius Mansur** e publicadas pelo jornal **Brasil de Fato**, 13-07-2009.

O atual processo político boliviano, sem dúvida alguma, está entre os que mais despertam o interesse da esquerda brasileira. O elevado grau de protagonismo dos movimentos populares na política nacional, o simples fato do país ter elegido um presidente indígena, os embates acirrados com uma elite racista – que fazem de um golpe de Estado uma possibilidade plausível –, as lutas internacionais para garantir a soberania sobre seus recursos naturais, a forte presença do componente étnico como motor de mobilização, as mudanças feitas na Constituição de um país que agora se define como Estado Plurinacional, entre outros elementos, atraem os olhares para a Bolívia e a credenciam como um dos principais laboratórios políticos da atualidade.

A originalidade que compõe este processo político, porém, torna difícil a sua compreensão a partir de análises clássicas. É difícil até sistematizar a diversidade de organizações que fazem frente aos grandes capitalistas do país, o que dirá compreender qual o projeto move cada uma delas. Se olharmos só para o movimento indígena, deixando de lado outros movimentos populares, o sindicalismo e a organizações partidárias, veremos uma organização massiva e multifacetada, composta por culturas que nasceram, pelo menos, cinco mil anos antes do pensamento moderno ocidental. (O plurinacionalismo boliviano reconhece 36 povos originários).

**Fernando Huanacuni**, 43 anos, nasceu nas montanhas de Illimani, ao sul de La Paz. Ele pertence à comunidade Sariri, um grupo de descendentes e não-descendentes de povos originários que se reúne para estudar, viver e difundir a cultura dos povos, que antes da colonização espanhola, habitavam os Andes. Também é diretor de protocolo do Ministério das Relações Exteriores do governo **Evo Morales** e um dos responsáveis por um programa de TV no canal boliviano RTP, que se dedica a debater a cultura andina e os temas da conjuntura.

### **Eis a entrevista.**

**Durante um seminário sobre culturas originárias, você disse que vivemos “tempos de mudança” e que essa mudança não é só política, mas muito maior. Do que você está falando?**

O pensamento indígena originário, não só da Bolívia, mas de outros países, como os povos amazônicos do Brasil, tem a mesma explicação, a mesma projeção da história. A vida tem ciclos. Termina a noite, começa o dia. Em um ano, existem épocas secas, épocas de chuva, épocas de frio. Mas esses são ciclos pequenos. Existem ciclos muito maiores, que o indivíduo não se dá conta porque vive somente 80, 90 anos. E os ciclos são de 500, de mil, de quatro mil, de 20 mil, de 40 mil anos. Um sol tem um ciclo de quatro mil anos de história, sendo dois mil anos de ascenso e dois mil anos de descenso. Assim, existem os dias da história e as noites da história. O ascenso é o dia da história, o descenso é a noite da história. E, para nós, em 1992 (que no calendário aymara corresponde ao ano 5500), terminou um sol. Então, a história vai voltar a ascender.

### **Mas como ela vai voltar a ascender?**

Nossos avós, de diferentes culturas indígenas, sabiam desses ciclos, do renascimento do sol, por isso começaram a se organizar. Em 1992, diferentes povos se reuniram para poder começar esse novo sol. E as culturas antigas guardaram, sobretudo, valores e princípios, e isso é o que agora está renascendo, porque é necessário, é questão de vida, não somente algo político ou social. Apesar da parte política ser a que mais se vê, a parte espiritual, as oferendas, as cerimônias, é que são a base fundamental de toda a força política, social, jurídica, econômica, educativa.

**Mas essa organização alavancada a partir de 1992, esses valores e esses princípios fazem parte hoje da cultura viva desses povos?**

Nos anos 1980, quando íamos para o **Willkakuti** (o ano novo aymara) em **Tiwanaku**, éramos poucos, mas havia gente. Antes, nos anos 1970, 1950, 1940, 1930, no ano 1900, para você ter uma ideia, somente se tinha festa nas casas, com nossos avós, nada mais. Mas nunca desapareceu essa cerimônia. Em 1992, ganhamos força, e agora tem mais gente. Neste ano, haviam 20 mil pessoas. No México – em Teotihuacan, Tchenltza, Tenochtitlan – e até na Inglaterra fizeram

cerimônias como estamos fazendo. No Peru, na Colômbia, de norte ao sul, fizeram suas cerimônias. Somente elas não são amplificadas pelos meios de comunicação. Aqui já estão difundindo um pouco, porque já é mais forte o movimento.

### **E para que servem as cerimônias?**

Para lembrar ao humano que ele tem um coração, que existe o pai Sol, que existe a mãe Terra. Queremos recordar que é muito importante agradecer. Nós não vivemos sós. Eu trabalho, você trabalha, mas não é por isso que existe vida. Existe vida porque existe sol, porque existem ciclos, porque existe chuva, porque existem sementes, porque existem rios, porque existem montanhas, porque existem árvores. Temos que despertar e entender que a vida é uma complementação e reciprocidade do todo, um equilíbrio perfeito. E, se destroçamos uma parte, vamos destruir tudo.

Aqui, nós dizemos **Pachamama**, ou Madre Tierra. Em outras partes, os indígenas dizem Madre Selva, Madre Agua. Então, identifica-se que nós não somos seres humanos e natureza, mas parte da natureza, não somos superiores. Essa forma de pensar existe da cultura antiga. O renascimento do tempo está nos convidando para que voltemos a essa antiga forma de pensar. Não podemos fazer mais danos à mãe Terra, essa é a primeira mensagem. Todos os povos indígenas originários, desde o Alasca, estão saindo em defesa da vida. Estamos convidando todos os Estados a dar um giro em suas políticas, seus decretos, suas Constituições. Até agora, somente as Constituições de Equador e Bolívia sabem que existe a mãe Terra, enquanto todas as outras Constituições só falam em direitos humanos. E isso não é viável, porque a vida não é só humana.

### **Muitos discursos de governo na Bolívia falam em descolonização, especialmente aqueles ligados às políticas culturais. Essa descolonização significa resgatar a cultura antiga?**

Temos que ver o que trouxe a colonização. O processo de colonização individualizou o pensamento, nos dessensibilizou. Já não se sente sequer pelo outro, pelo humano, quanto menos pelos animais, pelas montanhas. Se um tem comida, não importa se os demais têm. O processo de descolonização agora tem que sensibilizar, tem que nos naturalizar e nos fazer voltar ao conceito comunitário. Para as pessoas de pensamento ocidental, o sol é simplesmente um astro, nada mais. Para nós, é o pai Sol, nos referimos a ele com respeito, porque sua energia dá a vida. Quando a mãe Terra se desperta, nós damos alimento a ela, porque ela não é somente um objeto inerte, mas um ser que vive. Então, temos que despertar as pessoas. Estamos ilhados em nossas casas e apartamentos nas cidades, desintegrados. Temos que conectar outra vez o que a colonização desconectou.

Minha avó não falava espanhol, falava aymara. Na verdade, pacha-arú, a língua da vida. Falava com os animais, com o vento, entendia suas distintas formas de soprar. Minha mãe segue falando, eu só sei um pouco. Bom, você deve ter visto pelos meios de comunicação que, no episódio do Tsunami, os animais de lá se retiraram para o centro da ilha dois dias antes da tragédia. adiantou a tragédia para eles? CNN? Animal Planet? Não, pacha-arú. E os seres humanos o que fizeram? Colocaram bronzeador e foram para a praia.

### **E hoje, qual relação os países de culturas colonizadas da América Latina devem estabelecer com os países de culturas colonizadoras, de origem europeia?**

Primeiro, eu diria que os latinoamericanos têm que se encontrar com os indígenas, para depois poder dialogar com a Europa. O seu pensamento não está relacionado com o movimento indígena, tornaram o movimento indígena invisível porque pensavam que ele era inferior. Eles simplesmente imitaram a Europa. Dizem América Latina, percebe? Para nós, somos **Abya Yala**, assim chamamos nosso continente há milhares de anos. E te digo mais: temos mais diálogos com os europeus do que com os latinoamericanos.

### **Por que isso acontece?**

Porque os latinoamericanos querem ser como os suíços, os alemães, os ingleses, os italianos, seguem no processo de colonização. O indígena amazônico ainda briga com os garimpeiros. Estes destroem florestas, destruíram árvores mãe, árvores pai, árvores de milhares de anos, as cortaram para mandar para o mundo ocidental. Para nós, são as avós, os avôs, é vida, são nossos mestres. O indígena chorou muito e segue chorando porque desequilibraram tudo. E os europeus estão mais preocupados. O europeu se deu conta da poluição. Já chegaram ao extremo de seu capitalismo, do desenvolvimento da modernidade, já foram ao abismo e sabem que essa não é a resposta. Esse modelo o deixou doente e estão buscando alternativas, por isso procuram os indígenas com maior força. Vieram buscar aqui nossos arquitetos, não os que são formados em universidades, mas os que trabalham no campo, para aprender a fazer adobe (casas construídas de barro). Os europeus sabem que nessas casas ficam menos doentes. Mas, um dia, quando a modernidade já não puder



dar as respostas, os latinoamericanos vão se dar conta que a resposta estava ao seu lado, só não queriam nos escutar porque pensam que não somos muito inteligentes.

### **Para além do movimento indígena, você não vê na América Latina um processo conjunto de descolonização?**

Agora está havendo uma confusão entre socialistas e povos indígenas. Quando **Evo Morales** ascendeu, **Chávez** disse que era seu irmão indígena, com seu discurso do socialismo do século XXI, com seu pensamento de esquerda, que é ocidental. Mas, na Venezuela, recém estão descobrindo os povos indígenas. Muitos estão pensando que o movimento boliviano é socialista, mas é um movimento indígena. Nosso modelo não é comunista, mas comunitário.

### **Mas o partido organizado pelo presidente se chama Movimento ao Socialismo (MAS).**

Sim, mas o nome **MAS** foi comprado, nada mais. Ele estava registrado na Corte Nacional Eleitoral e foi emprestado para o **Evo** poder se candidatar, foi algo circunstancial, percebe? Nós pensamos que o socialismo, o comunismo e o capitalismo são iguais. Porque só pensam no humano, são individualistas, são homogeneizadores e materialistas. Você não vai ver um comunista fazendo cerimônias, não vai vê-lo honrando seus ancestrais, não vai vê-lo cuidando da lhaminha. Ou melhor, vai cuidar da lhamina porque é um bom negócio para vender.

### **Existem marxistas que mantêm crenças. No Brasil, por exemplo, existem marxistas que mantêm sua religiosidade cristã. Você pode dizer que o cristianismo é ocidental também, mas existem marxistas que mantêm crenças de origem africana. Você não vê sintonias com os marxistas?**

Partimos de premissas. Quando falamos de comunidade, não falamos só de humanos. Comunidade é tudo: animais, plantas, pedras. E não para vender. Por exemplo, no governo boliviano, existem marxistas. Bom, nosso país tem uma reserva muito grande de lítio e sua exploração é alvo de muitas especulações. O lítio pode deixar a Bolívia poderosa. Mas o mundo indígena não quer explorar o lítio. O marxista quer, tem somente um pensamento material. Nós preferimos não explorar porque é importante para o equilíbrio da vida. Mas o marxista não pensa assim. Para mudar o sentido de um rio, o marxista vai colocar tratores e pronto. O indígena vai dizer “não, calma, espera, vamos pedir permissão para os nossos ancestrais e vejamos se é bom”. O marxista vai dizer “claro que é bom, aqui vamos produzir”. Ele não vê importância no espiritual, não o sente. Por isso ainda não está entendendo.

### **E dentro dessas premissas, o que fazer com a vida nas cidades?**

Essa resposta tem que se buscar na Europa. Eles estão buscando alternativas. Mas, o movimento indígena não é só do campo, é uma forma de vida e um convite a viver com respeito. As montanhas estão degelando. Vai faltar água. E isso vai afetar a todos, brancos, mestiços, indígenas etc. Por isso, necessitamos de novas formas de política, porque as atuais não nos permitem resolver. E isso é incumbência de todo mundo. O ocidente tem buscado respostas e o povo indígena as está dando: para que todos tenhamos alimentos, temos que produzir com os ciclos da natureza, não somente com elementos químicos, ou de maneira anormal ou antinatural. Os povos originários estão avisando que as mudanças da história são também mudanças de ciclos naturais. Por isso, devemos aproveitar este momento e voltar ao paradigma comunitário e ao seu modelo pedagógico, jurídico, de governo. Aqui, por exemplo, nas comunidades, não há eleições. Nós não queremos a democracia, como agora se conhece, porque ganha o que faz mais campanha, o que tem mais dinheiro, o que tem mais poder de influência nos meios de comunicação. Aqui, um é a autoridade em um ano, no ano seguinte é outro, no seguinte outro, ninguém pode repetir. Todos têm que participar e todos têm que se desenvolver como autoridade. Porque se alguém se mantém, algo vai falhar na sua mente e tudo vai se desequilibrar. Então, para que descanse, se passa para o outro.

■

### **Isabel Rauber - Bolívia. Uma opção civilizatória com rosto indígena**

[27/8/2010] “A expressão Viver Bem, própria dos povos indígenas da Bolívia, significa, em primeiro lugar ‘viver bem entre nós’. Trata-se de uma convivência comunitária intercultural e sem assimetrias de poder (...) É um modo de viver sendo e sentindo-se parte da comunidade, com sua proteção e em harmonia com a natureza (...) diferenciando-se do ‘viver melhor’ ocidental, que é individualista e que se faz geralmente a expensas dos outros e, além disso, em contraponto à natureza”, escreve **Isabel Rauber**, pensadora latino-americana, estudiosa dos processos de construção do poder popular em indo-afro-latinoamérica em seu [blog](#), 22-08-2010.

A professora universitária e doutora em filosofia, aborda em seu artigo as radicais mudanças socioeconômicas e ético-culturais em curso na Bolívia.

### **Eis o seu artigo.**

O governo que emergiu na Bolívia em dezembro de 2005 e assumiu em janeiro de 2006, que convocou e realizou a Assembleia Constituinte, que convocou e ganhou o *Referendum* Revogatório em 2008 e que novamente convocou e ganhou as eleições presidenciais do país e o governo nacional nas eleições de 2009, é um governo de novo tipo: saído das lutas sociais dos povos indígenas, construído também com o protagonismo dos movimentos sociais, de trabalhadores, de camponeses e camponesas, entre os quais, se destaca o movimento cocaleiro.

*Evo Presidente* é a frase que sintetiza desde o final de 2005 a grande esperança dos povos da Bolívia e de todo o continente. O cerne central do seu programa de governo constitui a busca de soluções às reivindicações históricas das comunidades indígenas, das organizações sindicais e de mineiros, dos camponeses e dos urbanos. Entre os seus primeiros passos se destaca a convocação e realização da Assembleia Constituinte e a recuperação dos recursos energéticos do país e a criação de um fundo para atender as políticas sociais.

Entre as prioridades do governo se encontra a luta para combater a discriminação étnica e a exclusão social e cultural, a erradicação da pobreza, pôr fim a dependência e a pilhagem, refundar o Estado reconhecendo e articulando o seu caráter Plurinacional, construindo uma sociedade intercultural, baseada em uma democracia participativa que abra caminho para o florescimento das autonomias das comunidades – de suas identidades, cosmovisões e modos de vida – trabalhando coletivamente para construir um Estado Plurinacional que projete os seus habitantes ao centro e que os mesmos sejam o foco do estatal-governamental no que se pode considerar o período inicial do primeiro governo dos movimentos indígenas e sociais do continente. De tudo isso, considero importante destacar – ao final dessa análise –, elementos centrais da sua proposta integral, intercultural e descolonizadora do desenvolvimento, do bem-estar e do progresso social.

### **Uma concepção diferente de desenvolvimento e de progresso**

Por diversos caminhos, as reflexões atuais mais maduras nesse tema convergem para um ponto: O ‘desenvolvimento’ capitalista alcançado – no Norte – é hoje indesejável (e, além disso, inalcançável). É inalcançável porque as “periferias” têm sido excluídas do desenho e dos planos de hegemonia do capital global atual (salvo como territórios servis). É indesejável porque o caráter destrutivo e devastador que implica, vai deixando claro que esse “modelo” irá continuar com a depredação da natureza, com o saque, com as guerras, ou seja, continuará semeando a morte. Precisamente por isso é incapaz de promover, defender e garantir a sobrevivência humana e natural do planeta; tampouco oferece soluções à situação de miséria, doenças, analfabetismo, falta de infra-estrutura e exclusão crescentes de amplas parcelas da população do planeta.

Estas razões, entre outras, faz com que o debate do desenvolvimento integre o político, o social, cultural e ético, além do econômico. E na Bolívia de hoje, isto se articula diretamente com a luta pela erradicação da pobreza, com a propriedade dos recursos energéticos, com as possibilidades de acesso aos serviços e o gozo dos direitos por parte de toda a cidadania, ou seja, com a democracia. Desenvolvimento e democracia guardam – nesta concepção uma relação direta biunívoca.

Tomando como ponto de partida as propostas dos movimentos indígenas, camponeses e sociais, o governo que encabeça **Evo Morales Ayma** apresenta em 2006, um Plano Nacional de Desenvolvimento que condensa essa nova cosmovisão integral de vida e modos de vida, e define políticas públicas para torná-la realidade. Nisto se resume e projeta – substantivamente o novo: supera-se o âmbito teórico reflexivo; as idéias e propostas iniciais que reclamam por vida, se concretizam e desenvolvem-se na ação político-social transformadora.

Nessa sucinta análise, desejo chamar a atenção sobre um elemento que se sobressai no referido Plano: a unificação dos caminhos do desenvolvimento com os da erradicação da pobreza, da desigualdade e da exclusão étnico-social.

Uma das primeiras questões postas em questão têm sido os conceitos “pobreza” e “pobres”, pois eles tornam invisíveis os processos de empobrecimento e exclusão dos que foram submetidos histórica e sistematicamente os povos indígenas desde os tempos de conquista e colonização. Consequentemente, os programas orientados para eliminação da pobreza na Bolívia estão amarrados à eliminação dos mecanismos de empobrecimento constante dos setores indígenas, camponeses e de trabalhadores em geral. E se conjugam diretamente com os planos de desenvolvimento na perspectiva assinalada.

## **Do “bem-estar” individualista ao “viver bem” em comunidade**

A expressão Viver Bem, própria dos povos indígenas da Bolívia, significa, em primeiro lugar “viver bem entre nós”. Trata-se de uma convivência comunitária intercultural e sem assimetrias de poder. “Não se pode Viver Bem se os outros vivem mal”, é o pensamento que sintetiza o cerne da proposta.

É um modo de viver sendo e sentindo-se parte da comunidade, com sua proteção e em harmonia com a natureza. Ou seja, se trata de um modo de “viver em equilíbrio com aquilo que nos rodeia”. Também significa Viver Bem com os outros seres humanos, diferenciando-se do “viver melhor” ocidental, que é individualista e que se faz geralmente a expensas dos outros e, além disso, em contraponto à natureza.

O **Viver Bem** articula em igualdade de importância, desenvolvimento e democratização. “Não existe desenvolvimento sem democracia, sem estender a participação social na atividade e decisões políticas, econômicas e culturais” [PND, p. 16]. Partindo do reconhecimento de que a Bolívia é um país multiétnico e pluricultural, os programas orientados ao desenvolvimento tornam explícito o seu reconhecimento dos valores da comunidade e do comunitário, estabelecem o coletivo como sujeito com capacidade de decisão e de ação, reconhecendo na horizontalidade uma vantagem comparativa em relação às diretivas verticais. Isto constitui, por sua vez, num suporte ético e ideológico dos processos de busca e construção de uma civilização re-humanizada, baseada num sistema social radicalmente democrático, equitativo, humanista, libertador e para além da destrutiva hegemonia econômica, social, cultural e ideológica do capital.

## **A natureza no centro da vida**

Para a perspectiva do Viver Bem, a natureza não é um objeto; não é uma fonte de recursos e matérias primas; é um ser vivo. Esta dimensão ecológica da realidade reconhece que a natureza é indivisível e intrinsecamente imbricada à vida dos seres humanos; somos parte da natureza. Tal é a perspectiva cosmo-cêntrica que possibilita pensar e construir o futuro humano com um sentido e uma concepção de progresso e bem-estar radicalmente diferente e acima dos padrões utilitários e consumistas do capitalismo.

## **Uma perspectiva intercultural para o desenvolvimento**

A interculturalidade concebe as relações entre várias culturas dentro de um mesmo território sobre a base do reconhecimento, a aceitação e a reciprocidade com o outro. A visão intercultural do desenvolvimento “vai para além da acumulação econômica e está relacionada essencialmente com a liberdade cultural para decidir, o respeito à diversidade, à diferença, à heterogeneidade social e com a forma em que se organiza a vida, a sociedade e o Estado”.

Nesse sentido, “a chave do desenvolvimento radica em suprimir a estrutura de dominação cultural e de discriminação racial vigente e instituir uma prática de diálogo, cooperação, complementação, reciprocidade e entendimento. Dessa maneira o crescimento econômico se concebe como um processo de consolidação, fortalecimento e interação de identidades, como a articulação de redes de intercâmbio e interculturalidade” [PND, p. 16].

## **Apoiar o empoderamento crescente das comunidades**

As políticas de atenção aos setores mais esquecidos e desprotegidos que estimula atualmente o Estado Plurinacional da Bolívia, podem qualificar-se – a primeira vista como clientelistas ou assistencialistas, entretanto, se manifestam através de um programa de “ajuda” e estímulos. Mas há elementos a serem considerados que se a princípio os tornam coincidentes com o assistencialismo ou o clientelismo, os diferenciam.

Para que a “ajuda” seja considerada tal, sua implementação deve implicar – como neste caso, a construção de canais efetivos para que os “ajudados” cheguem um dia a ter capacidade de atuar produtiva e reprodutivamente por si mesmos. Paralelamente aos planos de ajuda se articulam processos sustentáveis de construção de alternativas de saída da condição de pobreza. Este supõem – conseqüentemente – na implementação de modalidades de sobrevivência e desenvolvimento autônomo à médio prazo. Trata-se, portanto, de um singular assistencialismo, estrategicamente não clientelista. Sua principal virtude é que contribui para que a população envolvida nos planos de “ajuda” se re-descubra como parte de uma cidadania com igualdade de oportunidade e condições, sem prejuízos nem pré-juízos por pertencimento étnica, cultural, de gênero ou geográfica.

As políticas alavancadas pelo Estado e pelo Governo boliviano nessa área transcendem ao debate dicotômico assistencialismo *versus* clientelismo. Já não se trata apenas daquilo de “ensinar a pescar”. Além de ensinar a pescar se criam espaços produtivos onde os “pescadores” possam construir os instrumentos de pesca, mantê-los, prepará-los, etc, e se criam também espaços de intercâmbio e distribuição social dos produtos.

Trata-se de uma articulação integral de problemas e soluções na base a uma lógica estreitamente ligada à possibilidade/capacidade que tenham as comunidades ou populações em situação de pobreza, de desenvolver um ciclo produtivo-reprodutivo de sua vida, para desde esse lugar, recolocar sua inserção plena na sociedade (empoderamento). Para isso, se trata de recuperar as experiências e saberes interculturais das comunidades, estimulando simultaneamente a participação protagônica da população “afetada” na construção das soluções.

Há uma mudança de lógicas: São os atores sociais e políticos do campo popular quem definem, determinam, impulsionam e realizam as mudanças. A recuperação de seus saberes, conhecimentos, experiências, memória histórica, identidades, pertencimentos, consciência crítica, e poderes, aportam efetivamente no empoderamento comunitário, social e individual. Se trata de uma imbricação radical de sujeitos, subjetividades, saberes, identidades, poderes, culturas e cosmovisões.

### **Construir um Estado Plurinacional descolonizado**

A construção de um novo Estado Plurinacional conjuntamente aos processos de descolonização sintetiza a determinação de reconhecimento e respeito à diversidade: de nacionalidades e identidades, de culturas e também de cosmovisões e seus saberes respectivos. Trata-se de promover diálogos interculturais desde a raiz, em equidade e complementaridade, ou seja, sem exclusões nem subordinações hierárquicas entre sujeitos, nem seus saberes, nos espaços onde estes se produzem.

Daí que a construção do **Estado Plurinacional** descolonizado é parte das forças de mudança e expressão de um novo poder. Surgido dos setores indígenas e populares promovem sua participação protagônica nas instâncias das decisões econômicas e políticas correspondentes as novas estruturas desse novo poder. É aqui temos outro dos avanços civilizatórios da revolução democrática [inter] cultural que se constrói na Bolívia.

A realização da Assembleia Constituinte tem sido um dos pilares chaves para isso, assim como a recuperação dos recursos energéticos, a luta pela erradicação da pobreza, os planos de alfabetização, a construção de infra-estrutura nas regiões esquecidas e distantes das cidades, etc. E temos aqui uma mostra da articulação das decisões e ações políticas chaves da primeira etapa de governo.

Seguramente nem tudo são rosa e flores. Surgem também novas reivindicações, conflitos e contradições, inclusive no interior dos setores do governo. É o tempo dos sujeitos sociopolíticos da revolução manifestarem seus pontos de vista, lutar por seus direitos e fortalecer o processo revolucionário, consolidando os avanços e incentivando o seu aprofundamento. Isto gera novos cenários e tipos de conflitos, realidade que ser torna frequentemente incompreensível para quem imagina que os processos de transformação social ocorrem em um leito de pureza imaculada e são protagonizados por anjos.

A passagem para uma civilização intercultural que supõe a ruptura e superação dos paradigmas do capital embalados por séculos nas consciências e nas práticas se assemelha a um extenso campo minado: espreitam perigos, ameaças e armadilhas de todo tipo. E não há garantias de êxito. É e será responsabilidade dos atores sociais e políticos definirem estratégias e desenvolverem as capacidades para superar os obstáculos – em primeiro lugar os próprios, na mesma medida em que se vão criando e construindo o novo, renovando seus compromissos e o próprio processo revolucionário a todo o momento.

A revolução democrática [inter]cultural empreendida na Bolívia está em marcha, abre-se um novo caminho com novas práticas, concepções, cosmovisões e pensamentos sócio-transformadores, criados (ou recriados) pelos povos de acordo com suas realidades e das do planeta, entrelaçando subjetividades e culturas com as necessidades de sobrevivências coletivas, tornando realidade o desejo zapatista de construir um mundo onde caibam todos os mundos. Ela anuncia a possibilidade do adveniente de um novo tempo civilizatório. Representa, portanto, como sintetiza **Fernando Huanacuni**, o renascimento do tempo.



**Sumak Kawsay, Suma Qamana, Teko Pora. O Bem-Viver: Revista IHU n° 340**

A Revista IHU n° 340 dedicou o número todo a essa temática. Confira a revista on-line <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/340>

O “*Bem-Viver*” ou “*Viver Bem*” engloba um conjunto de idéias que está sendo forjado como reação e alternativa aos conceitos convencionais de desenvolvimento. Esse termo está adquirindo vários sentidos que exploram novas perspectivas criativas tanto no plano das idéias como nas práticas.

É conveniente apresentar um resumo das principais idéias em discussão, a partir da situação actual. Este é o propósito do artigo. Não se pretende aqui defender uma definição única de *Bem-Viver*. Como se verá mais à frente, considero que não se pode elaborar uma definição que seja aplicável a todos os casos. O objetivo é oferecer uma visão panorâmica, mesmo correndo o risco de estar incompleta, que deixe claro que o *Bem-Viver* neste momento está germinando diferentes posicionamentos, em países diversos, a partir de múltiplos atores sociais. É um conceito em construção que necessariamente deve ajustar-se a cada contexto social e ambiental.

Mas, apesar dessa pluralidade, aqui se defende a idéia que é possível chegar a uma plataforma compartilhada sobre o *Bem-Viver* a partir de tradições de pensamento distintas. Portanto, a prioridade atual é apoiar essas discussões, incentivar uma maior diversificação e promover ações concretas.

### Pontos de partida

É possível começar este texto com depoimentos de pessoas importantes no debate sobre o *Bem-Viver* nos países andinos. **Alberto Acosta**, como presidente da Assembléia Constituinte equatoriana foi um dos mais ativos promotores da idéia. Ele entende que é uma “oportunidade” e uma opção a “construir”. Para ele, o *Bem-Viver* não pode ser reduzido ao “bem-estar ocidental”. Deve apoiar-se na *cosmovisão* dos povos indígenas, onde a luta por melhores condições sociais é “uma categoria em permanente construção e reprodução”.

Seguindo uma postura holística, Acosta insiste que os bens materiais não são os únicos determinantes da compreensão do *Bem-Viver*. Há “outros valores em jogo: o conhecimento, o reconhecimento social e cultural, os códigos de condutas éticas e inclusive espirituais na relação com a sociedade e a Natureza, os valores humanos, a visão do futuro, entre outros”. Mas também adverte que há outras fontes de inspiração para essa proposta, uma vez que dentro da cultura ocidental, inclusive, “se levantam cada vez mais vozes que poderiam estar de alguma maneira em sintonia com esta visão indígena” (Acosta, 2008).

O intelectual aymara **David Choquehuanca**, atual ministro de relações exteriores de Bolívia, sustenta que o *Bem-Viver* significa “recuperar a vivência de nossos povos, recuperar a Cultura da Vida e recuperar nossa vida em completa harmonia e respeito mútuo com a mãe natureza, com a Pachamama, onde tudo é vida, onde todos somos *uywas*, criados da natureza e do cosmos”. Para ele, todos somos parte da natureza e não há nada separado. São nossos irmãos tanto as plantas como as montanhas (Choquehuanca, 2010).

Ambos entendem que o *Bem-Viver* implica um questionamento substancial às idéias contemporâneas de desenvolvimento e em especial ao seu vínculo com o crescimento econômico e sua incapacidade de resolver os problemas da pobreza, sem esquecer que suas práticas acarretam severos impactos sociais e ambientais.

---

<sup>1</sup> Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo. *América Latina em Movimento* - ALAI, nº 462: 1-20; fevereiro 2011, Quito.

<sup>2</sup>Eduardo Gudynas é investigador no Centro Latino Americano de Ecologia Social (CLAES) - egudynas@ambiental.net



Também assinalam que esta idéia está relacionada à compreensão dos povos indígenas. Vendo outras definições, percebe-se que nesse aspecto convergem intelectuais e militantes, mestiços e indígenas. Completando, pode-se ver conceituações de outros autores nos quadros a seguir.

Estas contribuições nos permitem ver que existem ao menos três planos para abordar a construção do conceito de *Bem-Viver*: as idéias, os discursos e as práticas.

No **plano das idéias** se encontram os questionamentos radicais às bases conceituais do desenvolvimento, especialmente sua ligação com a ideologia do progresso. De alguma maneira, essas críticas vão além do desenvolvimento e atingem outras questões essenciais, como as formas de entender-nos a nós mesmos como pessoas e a maneira como concebemos o mundo.

Um segundo plano se refere aos **discursos** e às legitimações dessas idéias. O *Bem-Viver* se distingue dos discursos que celebram o crescimento econômico ou o consumo material como indicadores de bem-estar. Também não louva a obsessão com a rentabilidade e o consumo. Suas referências à qualidade de vida passam por outros caminhos. Incluem tanto as pessoas como a Natureza. O *Bem-Viver* abre as portas a outras formas de falar, escrever ou pensar nosso mundo.

No terceiro plano se encontram as **ações concretas**. Podem ser projetos políticos de mudança, planos governamentais, códigos de leis e a busca de alternativas ao desenvolvimento convencional. Aqui se encontra um dos grandes desafios das idéias do *Bem-Viver*, no sentido que se convertam em estratégias e ações concretas, sem repetir as posturas convencionais tão criticadas. E, além disso, requer-se que sejam viáveis.

## **Crítica ao desenvolvimento**

Um aspecto central na formulação do *Bem-Viver* encontra-se no campo da crítica ao desenvolvimento contemporâneo. Questionam-se, por exemplo, a racionalidade do desenvolvimento atual, sua ênfase nos aspectos econômicos e no mercado, sua obsessão pelo consumo e o mito do progresso ilimitado.

Um exemplo dessa postura nos oferece a equatoriana Ana María Larrea (2010). Ela considera que o desenvolvimento é um conceito em crise, com claras implicações coloniais e é uma expressão da Modernidade. Sua crítica aborda simultaneamente o desenvolvimento atual e o capitalismo e apresenta o *Bem-Viver* como uma via para superá-los.

As críticas ao desenvolvimento convencional se desenvolvem em várias frentes. Existe um conjunto de reações aos efeitos negativos do desenvolvimento, seja devido a projetos específicos (uma rodovia ou uma hidrelétrica) ou por reformas setoriais de grande impacto (é o caso da privatização da saúde ou da educação). Ao contrário do que é dito, o desenvolvimento convencional desemboca num “mau desenvolvimento”, que leva a “viver mal” (caracterização popularizada por José María Tortosa, 2001).

Outro conjunto de reações ao modelo de desenvolvimento aponta para as diferentes concepções em jogo. Por exemplo, questiona-se duramente a ênfase convencional de entender o bem-estar unicamente como um assunto de rendimentos econômicos ou posse material ou que só se pode resolver no mercado. O *Bem-Viver* põe o acento na qualidade de vida, mas não a reduz ao consumo ou à propriedade de bens materiais. Também se questiona o reducionismo de apresentar o desenvolvimento apenas como crescimento econômico e se alerta para sua inviabilidade uma vez que os recursos naturais são limitados e a capacidade dos ecossistemas de lidar com os impactos ambientais também é pequena.

Sustenta-se comumente que um país se desenvolve quando sua economia cresce e, em particular, se aumentam as exportações ou os investimentos. Em muitos casos, o PIB aumentou e as exportações dispararam, mas as condições sociais e ambientais pouco ou nada melhoraram. Mesmo assim, essa postura do desenvolvimento clássico continua vigente e, por sua vez, expressa uma confiança absoluta no progresso e na evolução linear da história.

Um exemplo clássico desse modelo é considerar que os países latino-americanos como “subdesenvolvidos” devem cumprir etapas sucessivas imitando a trajetória das economias industrializadas. Dessa maneira, um amplo conjunto de reflexões sobre o *Bem-Viver* enfoca as falácias do economicismo convencional (como por exemplo Acosta, 2008 ou Dávalos, 2008).

Outros questionamentos abordam a base antropocêntrica do desenvolvimento atual, onde tudo é valorizado em função da sua utilidade para os seres humanos. Também existe quem denuncia a perda dos aspectos afetivos. Nesse campo são muito evidentes as contribuições do saber tradicional, especialmente dos povos andinos, que se converteram num ingrediente essencial para a reflexão sobre o *Bem-Viver*.

Expressões como *sumak kawsay*, da língua quéchua, do Equador, ou *suma qamaña*, dos aymara da Bolívia, se revestem de grande importância pelas idéias que explicitam. Ao serem pronunciadas nas línguas nativas adquirem um grande potencial descolonizador.

Finalmente, outro componente essencial do *Bem-Viver* é uma mudança radical no modo como se interpreta e se valoriza a Natureza. Várias formulações convertem o meio-ambiente em sujeito de direitos rompendo com a perspectiva antropocêntrica tradicional.

Desta maneira, pode-se concluir aqui um primeiro ponto: o *Bem-Viver* implica em mudanças profundas nas concepções de desenvolvimento, que vão além de meras correções ou ajustes. Não é suficiente buscar “desenvolvimentos alternativos”, uma vez que estes se mantêm dentro da mesma lógica para compreender o progresso, o uso da Natureza e as relações entre os seres humanos. O alternativo sem dúvida tem sua importância, mas são necessárias mudanças mais profundas. Em vez de insistir em “desenvolvimentos alternativos” se deveria construir “alternativas ao desenvolvimento” (segundo as palavras do antropólogo colombiano Arturo Escobar). O *Bem-Viver* é hoje a mais importante corrente de reflexão que surgiu na América Latina nos últimos anos.

## As novas constituições da Bolívia e do Equador

As primeiras formulações do *Bem-Viver* foram cristalizadas nas novas constituições de Equador (aprovada em 2008) e Bolívia (2009). Esse passo substantivo resultou das novas condições políticas, da presença de movimentos sociais ativos e do crescente protagonismo indígena.

Na **Constituição boliviana** é apresentado como “*Viver Bem*” e aparece na seção dedicada às bases fundamentais do Estado, onde se fala dos princípios, valores e fins do Estado (artigo 8). Ali se diz que o Estado “assume e promove como princípios ético-morais da sociedade plural: *amoa qhilla*, *amoa llulla*, *amoa suwa* (não sejas preguiçoso, não sejas mentiroso nem sejas ladrão), *suma qamaña* (*Viver Bem*), *ñandereko* (vida harmoniosa), *teko kavi* (vida boa), *ivi maraei* (terra sem males) e *qhapaj ñan* (caminho ou vida nobre)”. Esta formalização boliviana é pluricultural, já que oferece a idéia do *Viver Bem* a partir de vários povos indígenas e todas as idéias estão no mesmo plano hierárquico.

Este conjunto de referências ao *Viver Bem* estão em paralelo, e no mesmo nível que outros princípios clássicos, tais como unidade, igualdade, inclusão, dignidade, liberdade, solidariedade, reciprocidade, respeito, equidade social e de gênero na participação, bem-estar comum, responsabilidade, justiça social etc. (todos incluídos no artigo 8).

Por sua vez, os princípios ético-morais estão vinculados diretamente à forma de organização econômica do Estado, onde volta a aparecer o *Viver Bem*. A nova Constituição indica que o “modelo econômico boliviano é plural e está orientado a melhorar a qualidade de vida e o *Viver Bem*” (art. 306). Propõe-se uma organização econômica vinculada a princípios como solidariedade e reciprocidade, onde o Estado se compromete com a redistribuição equitativa dos excedentes através de políticas sociais de diversos tipos. Para conseguir o “*Viver Bem* em suas múltiplas dimensões” a organização econômica deve atender a certos propósitos como geração de produto social, redistribuição justa da riqueza, industrialização dos recursos naturais etc. (art. 313).

O *Bem-Viver* é tratado de maneira diferente na nova **Constituição equatoriana**. É apresentado como “direitos do *Bem-Viver*”, que incluem alimentação, ambiente sadio, água, comunicação, educação, moradia, saúde etc. Nesta perspectiva, o *Bem-Viver* expressa um conjunto de direitos, que por sua vez estão num mesmo plano hierárquico dos outros conjuntos de direitos reconhecidos pela Constituição (os referidos às pessoas e grupos de atendimento prioritário, comunidades, povos e nacionalidades, participação, liberdade, Natureza e proteção).

Por outro lado, a Constituição apresenta uma seção dedicada ao “regime do *Bem-Viver*” na qual se indicam dois componentes principais: os referidos à inclusão e à equidade (tais como educação, saúde, segurança social, moradia, comunicação social, transporte, ciência etc. ); e os enfocados na

conservação da biodiversidade e manejo dos recursos naturais (por exemplo, proteção da biodiversidade, solos e águas, energias alternativas, ambiente urbano etc. ).

Este regime do *Bem-Viver* está articulado com o “regime de desenvolvimento”. Aqui surge uma precisão importante, já que se indica claramente que o desenvolvimento deve servir ao *Bem-Viver*. O “regime de desenvolvimento” é definido como “o conjunto organizado, sustentável e dinâmico dos sistemas econômicos, políticos, sócio-culturais e ambientais, que garantem a realização do *Bem-Viver*, do *sumak kawsay*” (art. 275). Seus objetivos são amplos, tais como melhorar a qualidade de vida, construir um sistema econômico justo, democrático e solidário, fomentar a participação e o controle social, recuperar e conservar a Natureza, ou promover um ordenamento territorial equilibrado.

Postula-se uma vinculação direta entre as estratégias de desenvolvimento a seguir e os direitos; o “*Bem-Viver* requererá que as pessoas, comunidades, povos e nacionalidades gozem efetivamente de seus direitos e exerçam responsabilidades no marco da interculturalidade, do respeito às diversidades e da convivência harmônica com a natureza” (art. 275). Este regime de desenvolvimento deve atender a um planejamento participativo e se expressa nas áreas do trabalho, da soberania alimentar e econômica.

Estabelecidas as principais expressões constitucionais do *Bem-Viver* é necessário examinar tanto as **semelhanças** como as **diferenças**.

Pode-se observar que nos dois casos, Bolívia e Equador, esta idéia está diretamente vinculada aos saberes e tradições indígenas. No texto equatoriano está circunscrita às expressões em castelhano e quéchua, enquanto no caso boliviano as referências são mais amplas. A inclusão de designações em línguas diferentes ao castelhano não é um atributo menor e obriga a pensar estas idéias no marco de referência cultural que as originaram.

Assim mesmo, nos dois casos, o *Bem-Viver* é um elemento essencial para reformular o desenvolvimento; ensaia-se um novo marco conceitual e se cuida especialmente de definir a reforma econômica.

Mas também há **diferenças** importantes. No caso da Bolívia, o *suma qamaña* e os demais conceitos associados são fundamentos ético-morais e aparecem no marco de sua definição de plurinacionalidade. No caso equatoriano, diferentemente, o *sumak kawsay* é apresentado em dois níveis: como marco para um conjunto de direitos e como expressão de boa parte da organização e execução desses direitos, seja pelo Estado, seja por toda a sociedade. É uma formalização de maior amplitude e profundidade já que o *sumak kawsay* vai além de ser um princípio ético moral e aparece dentro do conjunto de direitos.

No texto constitucional boliviano esse vínculo entre *suma qamaña* e os direitos não é explícito; por exemplo, não há uma referência a este conceito na seção dos direitos fundamentais. Por outro lado, no caso boliviano, o *Viver Bem* é claramente apresentado como uma das finalidades do Estado.

A versão boliviana se apóia um pouco mais sobre o Estado que o texto equatoriano e avança mais sobre a plurinacionalidade. Por outro lado, o *sumak kawsay* equatoriano é plural no sentido de abrigar um amplo conjunto de direitos e se articula de forma simultânea com outros direitos que não se encontram em seu interior.

Outras diferenças importantes giram ao redor das abordagens do ambiente. Nesse campo, a nova Constituição de Equador formalizou o reconhecimento dos direitos da Natureza, o que implica reconhecê-la como um sujeito de direitos (art. 72). Mantém-se em paralelo a postura clássica dos direitos a um ambiente sadio (os que são parte dos chamados direitos de terceira geração e estão enfocados nas pessoas).

A formulação dos direitos da Natureza oferece várias particularidades notáveis. Por um lado, utilizam-se como sinônimos e num mesmo nível as categorias de Natureza e Pachamama, com o que se reforça a importância que se outorga ao saber indígena. Por outro lado, seus direitos estão enfocados em respeitar integralmente sua existência, sua estrutura e todos os processos vitais e evolutivos. Esta postura é reforçada com outra inovação que consiste em considerar que a restauração integral da Natureza também é um direito (art. 73). Observe-se que desta maneira, o componente ambiental do *Bem-Viver* equatoriano se apóia tanto nos direitos dos humanos como nos direitos da Natureza.

Na Constituição boliviana há diferenças substanciais. Mantém-se a figura clássica dos direitos cidadãos de terceira geração, onde se inclui a qualidade e proteção ambiental. Mas não existe um

reconhecimento explícito dos direitos da Natureza e só é possível mover-se dentro do marco dos direitos clássicos, como aprofundamento dentro dos direitos econômicos, sociais e culturais.

As tensões com a visão clássica de desenvolvimento se fixaram no texto constitucional boliviano nos artigos onde se postula que uma das metas do Estado é industrializar os recursos naturais. Essa meta pode ser entendida no marco das demandas históricas de romper com a dependência exportadora de matérias primas. O problema é que desemboca num conflito com as metas de proteção da Natureza. Quando se indica que a “industrialização e comercialização dos recursos naturais será prioridade do Estado” (art. 355) abrem-se as portas a toda classe de contradições com as reivindicações de proteção e integridade da Natureza.

Por exemplo, poder-se-ia argumentar a inconstitucionalidade de medidas de proteção ambiental em lugares naturais onde se localizam jazidas minerais ou de petróleo que serão extraídos para serem industrializados. Com isso se poderia cair num *Viver Bem* que foge da questão ambiental.

### Testemunhos

**Conceito de progresso na cultura aymara** - Como se consegue o *suma jakaña (Bem-Viver)*? Através de uma adequada alimentação e isto se alcança pelo controle da produção. O *ayllu* (clã, comunidade) regula com rigor o sistema de produção agropecuário e os outros recursos. As decisões são tomadas pelas autoridades depois da consulta a seu povo e devem ser imediatas. Contrariar o povo é ser castigado. Com o lucro de uma boa produção se consegue um dos objetivos fundamentais que é *suma manq’aña*, isto é o *comer bem*.

O *suma qamaña*, (viver e conViver Bem) é o ideal procurado pelo homem e pela mulher andina, traduzido como a plenitude da vida, o bem-estar social, econômico e político que os povos almejam. Entendido como o desenvolvimento pleno dos povos.

*Maria Eugenia Choque Quispe* - integra o Centro de Estudos Multidisciplinares Aymara, Bolívia. Baseado em Choque (2006).

**Sumak kawsay e Bem-Viver** - Enquanto a teoria econômica atual segue o paradigma cartesiano do homem como “dono e senhor da natureza”, e compreende a natureza como estando fora da história humana (um conceito adotado inclusive pelo marxismo), o *sumak kawsay (Bem-Viver)* incorpora a natureza na história. Trata-se de uma mudança fundamental na ciência moderna, porque se o pensamento moderno se gloriava de alguma coisa era, precisamente, de ter conseguido expulsar a natureza da história. De todas as sociedades humanas, a ciência moderna é a única que produziu tal evento e as conseqüências começam a passar sua fatura. O *sumak kawsay (Bem-Viver)* propõe a incorporação da natureza na história, não como fator produtivo nem como força produtiva, senão como parte inerente ao ser social.

*Pablo Dávalos* é economista e docente equatoriano; baseado em Dávalos (2008).

**O Bem-Viver é um conceito vivo** - O *Bem-Viver* ou *sumak kawsay* é a satisfação das necessidades, a conquista de uma qualidade de vida e morte dignas, o amar e ser amado e o crescimento saudável de todos, em paz e harmonia com a natureza, para o prolongamento das culturas humanas e da biodiversidade.

O *Bem-Viver* ou *sumak kawsay* supõe ter tempo livre para a contemplação e a autonomia; que as liberdades, oportunidades, capacidades e potencialidades reais dos indivíduos/coletivos se ampliem e floresçam de maneira que permitam conseguir simultaneamente aquilo que a sociedade, os territórios, as diversas identidades coletivas e cada um – visto como um ser humano/coletivo, universal e particular ao mesmo tempo – valoriza como objetivo de vida desejável (tanto material como subjetivamente, sem produzir nenhum tipo de dominação sobre o outro).

*René Ramírez* é economista equatoriano, ministro de planejamento. Baseado em Ramírez (2010).

**Paradigma indígena originário - O *Viver Bem* não pode ser equiparado ao desenvolvimento, já que o desenvolvimento é inapropriado e altamente perigoso se aplicado nas sociedades indígenas, tal como é concebido no mundo ocidental.**

A introdução do desenvolvimento entre os povos indígenas aniquila lentamente nossa filosofia própria do *Viver Bem*, pois desintegra a vida comunal e cultural de nossas comunidades ao liquidar as bases tanto da subsistência como de nossas capacidades e conhecimentos para nós mesmos satisfazermos nossas necessidades.

*Fernando Huanacuni Mamani* é um intelectual aymara; servidor público na chancelaria de Bolívia. Reproduzido de Huanacuni (2010).

## A diversificação das idéias

Junto com os avanços constitucionais se ampliou a discussão sobre as implicações do *Bem-Viver*. É apropriado começar esta exposição a partir das contribuições bolivianas sobre o *suma qamaña*.

Alguns de seus mais entusiastas defensores, como Xavier Albó, sustentam que sua melhor interpretação deveria ser a vida boa em comunidade, ou um “bom conviver”. É um conceito complexo como se deduz das contribuições de analistas como Simón Yampara, Mario Torrez ou Javier Medina. Vincula-se diretamente a uma vivência plena, austera, mas diversa, que inclui tanto componentes materiais como afetivos, onde ninguém é excluído, tal como comenta Javier Medina. No mesmo sentido aponta o filósofo aymara Simón Yampara (2001) ao sustentar que mais que o bem-estar material procura-se a “harmonia entre o material e o espiritual”, como um “bem-estar integral/holista e harmônico da vida”. É uma postura que tem um toque de austeridade, já que meta é *Viver Bem* e isso não deve significar viver melhor à custa de outros ou do ambiente (Albó, 2009).

O *suma qamaña* acontece num contexto social, ambiental e territorial próprio, representado pelo *ayllu* andino, tal como analisa em detalhes Torrez (2001). É um espaço de bem-estar em convivência com pessoas, animais e cultivos. Ali não existe uma dualidade que separa a sociedade da Natureza, já que um contém ao outro. São complementares e inseparáveis.

Além das ênfases próprias que diferentes atores sociais outorgam ao *suma qamaña*, também está em curso um debate sobre a suficiência do conceito. Por exemplo, o intelectual aymara Pablo Mamani Ramírez (2010) crê que é uma abordagem insuficiente e se deveriam incluir ao menos outras duas palavras: *qamiri* e *qapha*. Com isto se procura explicitar mais algumas ênfases, como a “riqueza da vida”, tanto em aspectos materiais como espirituais, a dignidade, o bem-estar e o bom coração. Mamani defende o *qamir qamaña* como a doçura de “ser sendo”, onde se reivindica um modelo próprio de vida frente à imposição colonial de estilos de desenvolvimento ocidentais.

O apelo dos guarani ao *ñande reko* (que se pode traduzir como *modo de ser*) é normalmente incluído no *Bem-Viver*. Expressa uma série de virtudes, tais como liberdade, felicidade, o festejo na comunidade, a reciprocidade e o convite.

Todas elas estão articuladas numa constante busca da “terra sem males”, que se apóia tanto no passado como no futuro (vejam-se, por exemplo, os aportes de Bartolomeu Meliá em Medina, 2002).

Existem várias contribuições ao *Bem-Viver* e variedades em cada uma. Inclusive algumas de suas origens estão em discussão. Por tudo isto Uzeda (2009) pergunta “pode-se considerar que o *suma qamaña* tem uma referência indígena legítima, genuína ou trata-se de uma invenção posmoderna dos intelectuais aymara do século XXI (que não deixam de ser indígenas)”. Sua resposta reconhece que este conceito, na formulação que se comentou acima, não é parte da linguagem cotidiana ou das representações locais das comunidades aymara, mas em seguida adverte que esta idéia, ao ser “parte de uma inovação cultural não deixa de ser indígena e pode, por sua vez, ser apropriada e ‘elaborada’” na identidade indígena.

Precisamente esta é uma particularidade positiva da idéia de *Bem-Viver*, já que vertentes como o *suma qamaña* não seriam uma volta ao passado senão a construção de um futuro diferente do que

determina o desenvolvimento convencional. Suas diferentes expressões sejam antigas ou recentes, originais ou produto de diferentes hibridizações, abrem possibilidades para seguir outro caminho.

Mas como já ficou claro, qualquer destas manifestações do *Bem-Viver* são específicas a uma cultura, uma língua, uma história e um contexto social, político e ecológico particular. Não se pode tomar, por exemplo, a idéia de *sumak kawsay* dos quéchua do Equador para transplantá-la como uma receita do *Bem-Viver* aplicável a toda América Latina. Da mesma maneira que não se pode reformatar a Modernidade num postmodernismo do *Bem-Viver*. Tal como alerta Medina (2011) aqui não há lugar para simplificações tais como pensar o *ayllu* como uma fazenda coletiva, ou o indígena como um proletário.

Também é necessário ficar atento a outra simplificação: o *Bem-Viver* não se restringe ao *sumak kawsay* ou *suma qamaña* andinos. Idéias semelhantes se encontram em outros povos. Podemos citar o *shiir waras*, o bem viver dos *ashuar* equatorianos, entendido como uma paz doméstica e uma vida harmoniosa, incluindo um estado de equilíbrio com a Natureza (Descola, 1996). Ou o *küme mongen*, o *Viver Bem* em harmonia dos mapuche do sul de Chile.

Além dos povos indígenas também se pode citar casos entre agrupamentos multiétnicos ou não-indígenas. Por exemplo, nos chamados “*cambas do bosque*” amazônico, do norte da Bolívia, produto de mais de 150 anos de encontros e cruzamentos culturais, defende-se a “vida em tranquilidade”, com um acento na segurança, bem-estar e felicidade a partir de uma identidade fortemente vinculada à selva (Henkemans, 2003).

## A crítica interna

No amplo campo dos saberes ocidentais também existem posturas críticas sobre o desenvolvimento, que em muitos casos foram marginalizadas ou excluídas. Um exame atencioso mostra que também elas são buscas do *Bem-Viver*. Nessa crítica, se encontram os estudos críticos sobre o desenvolvimento, o ambientalismo biocêntrico, o feminismo radical ou a descolonialização do saber, para citar alguns dos mais recentes.

A ecologia profunda (baseada no filósofo norueguês Arne Naess, 1989) recusa o antropocentrismo da Modernidade, defende uma postura biocêntrica que resulta nos direitos da Natureza e explora uma identificação ampla com o ambiente. É uma posição que ao mesmo tempo que critica as premissas básicas do pensamento ocidental, nele tem sua própria origem. Mas que por seus conteúdos é sem dúvida uma expressão do *Bem-Viver*.

Estes e outros casos servem para assinalar que dentro do pensamento ocidental existem correntes críticas que procuram alternativas ao desenvolvimento e que em quase todos os casos têm sido marginalizadas ou subordinadas e que por isso mesmo ficam sob a cobertura do conceito de *Bem-Viver*. Não só isso, mas essas posturas são muito necessárias para fortalecer a atual etapa de construção do *Bem-Viver* enquanto se complementam com outras posições e cada uma delas brinda especificidades que em alguns casos faltam ou são mais débeis em outras correntes. Um exemplo muito claro deste tipo de aporte necessário é oferecido pela crítica feminista contemporânea.

Finalmente, outro campo de aportes provém das reformulações ou da crítica aos conceitos convencionais na política e na justiça. Por exemplo, René Ramírez, ministro de planejamento do Equador, concebe o *Bem-Viver* além do utilitarismo e da justiça clássica. A seu juízo, este é um conceito que estando em processo de resignificação também deve ser orientado para produzir uma justiça que seja ao mesmo tempo pós-utilitarista e pós-distributiva.

Sua concepção do *Bem-Viver* engloba um leque amplo de atributos (ver quadro) tais como satisfazer as necessidades, assegurar a paz e harmonia com a Natureza, poder desenvolver as capacidades pessoais, reconhecendo-nos como diversos, mas iguais.

Ramírez prossegue sua reflexão para concluir com a afirmação que o *Bem-Viver* é um “bioigualitarismo republicano”. Expliquemos resumidamente sua idéia: é “bio” por reconhecer os direitos da Natureza, é “social-igualitário” porque defende as gerações futuras, amplia a democracia (com a plurinacionalidade e a justiça sócio-econômica) e é “republicano” por apoiar-se numa institucionalidade requerendo tanto a atuação do Estado como também a responsabilidade dos



cidadãos. Como se pode ver, esta exploração a respeito do conceito de *Bem-Viver* é um diálogo crítico frente a posturas políticas contemporâneas.

Vários analistas que seguem esse caminho chegam a considerar que o *Bem-Viver* poderia ser parte da tradição socialista. O próprio Ramírez fala de um “socialismo do *sumak kawsay*” ou um “biosocialismo republicano”. Esta analogia tem várias justificativas e em especial se fundamentam em preocupações compartilhadas pela justiça social e pela igualdade social. Mas também aqui há umas quantas dificuldades.

Alguns dos postulados do *Bem-Viver*, sem dúvida, implicam uma ruptura com as idéias clássicas do progresso ou da Natureza como objeto (seja abordada a partir do valor de troca ou a partir do valor de uso) e, portanto, se afastam do socialismo de cunho marxista clássico. O *Bem-Viver* também não pode ser entendido como um materialismo, em especial pelas contribuições que vêm das cosmovisões indígenas. O socialismo é uma das grandes tradições próprias da modernidade europeia e o *Bem-Viver* justamente deseja romper com a subordinação a essa perspectiva. Isto explica, por exemplo, que o boliviano Simón Yampara, sustente que o “homem aymara não é nem socialista, nem capitalista”, sublinhando a importância das complementariedades.

Mas também não se pode esquecer que o *Bem-Viver* defendendo a justiça social e a igualdade, suas equivalentes mais próximas estão em muitas expressões da esquerda clássica que se originou na Europa. Isto explica porque para alguns o *Bem-Viver* se manteria ainda dentro do ideário socialista e por isso se sentem cómodos com rótulos como “socialismo do *sumak kawsay*”; mas para outros, o que hoje se observa é algo novo e sua denominação é simplesmente *Bem-Viver*, sem outros adjetivos ou condicionalidades.

Finalmente, destaquemos que os dois componentes que se viram nas últimas seções (um que bebe dos saberes indígenas e outro que recupera as críticas internas à tradição ocidental), sobrepõem-se em muitos casos, tanto nos conceitos como pelas mesmas circunstâncias das histórias pessoais de militantes e intelectuais. De todos os modos existem ênfases diferentes e é bom que seja assim, já que isso em si mesmo é o reflexo de sociedades diversas e multiculturais onde todas essas posturas existem e cada uma delas é necessária para se conseguir transformações substantivas.

## Para ir além da Modernidade

Sem dúvidas o *Bem-Viver* outorga um papel muito importante aos saberes indígenas e mais do que isso, se poderia dizer que foram eles que “dispararam” esse novo olhar. Uma vez que se reconhece isto, aparecem diversas possibilidades que devem ser consideradas, já que cada uma delas inclui diferentes opções de encontros e desencontros.

Sustentou-se repetidamente que um dos eixos centrais dessa perspectiva é a rejeição a vários conceitos próprios da Modernidade de origem europeia. Nela se encontram uma grande quantidade de conceitos, conhecidos por todos, que vão desde o mito do progresso à defesa do capitalismo, do colonialismo à atual concepção do Estado-nação. O desenvolvimento atual se nutriu dessas idéias modernas, como a sua pretensão de racionalização e a exclusão do que considera primitivo ou selvagem.

Está claro por tudo o que se indicou nas seções anteriores, que o *Bem-Viver* impõe uma crítica substantiva ao desenvolvimento, o que implica um questionamento a essas idéias centrais da Modernidade. Sua reivindicação vai além de um “ajuste” ou uma “reforma”, já que implica gerar novas idéias, discursos e práticas. Nesse esforço, várias expressões do saber indígena são fundamentais, já que elas mesmas estão fora da Modernidade e então são componentes essenciais para que outros comecem seus próprios percursos de saída. Como acabamos de ver também é verdadeiro que existem tradições críticas e alternativas dentro do pensamento ocidental, que estão oferecendo contribuições críticas fundamentais e que, portanto, se somam neste esforço.

É oportuno examinar com um pouco mais de detalhes a confluência de aportes a partir destas duas vertentes. Alguns podem ir ao extremo que sustenta que o *Bem-Viver* só pode ser uma conceitualização indígena. Se fosse assim, se deveria privilegiar a postura de um verdadeiro povo indígena? Qual deles? Como elegê-lo? Como vimos acima, existem diversas posturas sobre uma vida boa e inclusive dentro de cada cultura há diferentes opiniões quanto a sua definição. Então é necessário advertir que boa parte das reflexões atuais giram ao redor do *suma qamaña* aymara, mas essa idéia do

*Bem-Viver* não pode ser transplantada, por exemplo, aos *shuar* da selva amazônica. Da mesma maneira, é muito difícil sustentar que o *Bem-Viver* possa expressar-se num saber indígena “puro”, já que essa mesma pureza será motivo de questionamentos.

Há outras interrogações pertinentes. Qual seria o papel das outras tradições culturais? Existe um *Bem-Viver* também nas comunidades de afrodescendentes do Pacífico de Colômbia ou de seringueiros ou castanheiros da Amazônia. Estes grupos vivem na selva mas não são indígenas nem afrodescendentes. Eles expressam uma intensa mistura que culmina numa originalidade própria, onde seu próprio estilo de vida depende da integridade de certos ecossistemas.

Ainda mais. É necessário promover o debate sobre o *Bem-Viver* em outros contextos, com outros atores. Qual seria o *Bem-Viver* a que aspiram os vizinhos de uma favela no Brasil?

Esta breve discussão fundamenta a importância de estabelecer encontros e diálogos, aprendizagens mútuas entre todas estas posturas, tanto entre as diferentes expressões indígenas, como naquelas que desenvolveram os negross em todo o continente, sem esquecer as expressões alternativas e subalternas marginalizadas dentro do próprio pensamento ocidental. Vários analistas, como Alberto Acosta no Equador ou Javier Medina na Bolívia, mostram esta sensibilidade pelo encontro entre mundos alternativos.

Finalmente, também é necessário resguardar-se de outro perigo: “modernizar” o *Bem-Viver*, convertendo-o numa forma aceitável dentro do repertório moderno ocidental (por exemplo, como uma variedade sulamericana do “desenvolvimento humano”). O *Bem-Viver* não pode ser “engolido” e cooptado pelas visões convencionais (tal como adverte Walsh, 2010).

## Encontros entre culturas

Tanto as opções críticas ocidentais como os saberes tradicionais devem lidar com a cultura dominante atual; é ali onde se produz e reproduzem as idéias que sustentam o desenvolvimento convencional. Dito de outra maneira, o *Bem-Viver* é um conceito que serve para agrupar diversas posturas, cada uma com sua especificidade, que coincidem no questionamento ao desenvolvimento atual e na procura de mudanças substanciais apelando para outras relações entre pessoas e com o ambiente. Desta maneira, o *Bem-Viver* deve ser reconhecido como um conceito plural, onde, por exemplo, alguns defendem o *sumak kawsay* e outros se identificam mais como bio-socialistas, que se encontram tanto na crítica ao desenvolvimento atual como na defesa de outra ética, no compromisso com certos atores sociais e na continuidade de uma transformação que tem horizontes utópicos.

A forma sob a qual se encontram estas diversas posições deve ser analisada. Começamos dizendo que para alguns, o *Bem-Viver* expressaria novas “**hibridizações**” entre diferentes posturas culturais críticas ao desenvolvimento. Ao usar essa expressão, vem a nossa mente a análise das “culturas híbridas” realizada pelo antropólogo Néstor García Canclini. No seu entender, as mesclas e criações fazem que as distinções entre tradicional e moderno possam diluir-se e o local e global se entremesclam.

No entanto, as propostas do *Bem-Viver* se afastam em aspectos importantes desta perspectiva de Canclini, já que se constroem especificamente como uma ruptura frente ao Moderno e muitas delas o fazem a partir da reivindicação de um saber tradicional. Assim mesmo, a desterritorialização dos processos simbólicos que defende Canclini, também não se ajusta facilmente à situação atual. Isto porque várias das manifestações do *Bem-Viver* são movidas por tentativas expressas de voltar a outorgar significados e controlar os territórios; é uma resignificação de espaços geográficos frente ao que se considera como invasão ou usurpação, não só de recursos naturais, como também de estilos de vida.

O *Bem-Viver* também é diferente de outros usos dados à palavra hibridização, em especial quando descreve aquilo que carece de identidade ou que está na “fronteira” entre culturas. Pelo contrário, o *Bem-Viver* permite o reforço de identidades e para muitas culturas está em jogo algo essencial e não marginal.

Finalmente, Canclini também se refere às culturas híbridas como uma via para “entrar e sair” da Modernidade. Este pode ser o caso de algumas manifestações artísticas, onde o *Bem-Viver* claramente quer “sair” do projeto Moderno europeu.

Outros analistas apelam à imagem da “colagem” cultural. Mas esta também não é uma descrição adequada, já que o *Bem-Viver* não é formado de pequenas peças individuais que se colocam lado a lado num grande pastiche, no mesmo plano. Aqui estão em jogo “planos” diferentes e há bem mais do que o alinhamento de elementos diferentes.

Poder-se-ia ajustar essa idéia apelando para uma justaposição onde não há misturas, já que as diferentes culturas não se fundem, mas interagem entre elas, seja em complementações ou antagonismos. É a imagem que usa Silvia Rivera C. (uma intelectual boliviana que se autodefine como aymara-européia), apelando à palavra aymara *ch'ixi* (que se refere a uma cor que resulta da justaposição de duas cores opostas, onde algo é e não é ao mesmo tempo). O *Bem-Viver* poderia ser descrito como *ch'ixi*? Ou seja, uma justaposição entre as críticas indígenas, crioulas e ocidentais à Modernidade, onde cada qual mantém sua essência, mas se complementam em seu questionamento ao desenvolvimento. Em parte é assim, mas além das complementações também ocorrem misturas e fusões (como as reconceituações sobre o ambiente ou o aporte do feminismo).

Portanto, essa figura não descreve adequadamente a situação já que o *Bem-Viver*, como conceito plural em construção, aproveita-se de muitas contribuições.

Para lidar com estes encontros e desencontros também é muito comum apelar às idéias de **multiculturalismo**, **pluriculturalidade** e **interculturalidade**. Em nosso caso, apesar do *Bem-Viver* ser um conceito plural, possivelmente não seja o melhor caminho para seguir avançando com o multiculturalismo ou a pluriculturalidade. Por exemplo, o multiculturalismo pode vir a ser, simplesmente, um *Bem-Viver* reduzido a manter o estilo de desenvolvimento dominante, enquanto se toleram algumas estratégias alternativas no uso de recursos naturais em lugares muito específicos, como pode ser uma área de proteção indígena. Neste ponto é útil recorrer ao intelectual quéchua Víctor Hugo Quintanilla, para deixar claro que além das boas intenções, sob o multiculturalismo persiste um saber dominante que estrutura o desenvolvimento e se aceitam e inclusive protegem outras culturas como expressões minoritárias, como se fossem uma espécie em extinção, sem renunciar à própria convicção de superioridade.

O pluriculturalismo pressupõe que todas as culturas estariam num mesmo plano de igualdade, algo que poucos poderiam defender para o caso latinoamericano e portanto também seria de pouca utilidade. Neste caso e no anterior, podem ficar enclaves culturais, confinados e possivelmente revestidos de valor testemunhal (por exemplo, agroecologia camponesa, ecoturismo etc.), mas de limitado poder político.

A construção do *Bem-Viver* implica em um duplo processo: por um lado, descolonizar o saber para desvencilhar-se da superioridade ocidental. Por outro, respeitar a diversidade das demais culturas sem estabelecer hierarquia de uma sobre outra. A posição mais adequada é uma **interculturalidade** que inclui desmontar os “fundamentos que justificam a superioridade de um sujeito ou cultura frente a outros sujeitos e culturas” (no sentido de Quintanilla), mas também que se expresse a partir da crítica e em função da libertação (uma postura exemplificada entre outros por Estermann, 2009).

Também é importante salientar que esta perspectiva cultural mostra que não existe um *Bem-Viver* “indígena”, já que a categoria “indígena” é artificial e só serve para homogeneizar dentro dela muitos povos e nacionalidades diferentes, cada uma das quais tem, ou poderá ter, sua própria concepção do *Bem-Viver*.

Isto nos permite abordar outra questão importante. O *suma qamaña* é *Bem-Viver* e também o é o *ñande reko*, mas isso não significa que os dois termos sejam iguais. Da mesma maneira, o *sumak kawsay* é *Bem-Viver* e o mesmo pode-se dizer de algumas manifestações da ecologia profunda, mas um e outro não podem converter-se em sinônimos.

Todos eles, o *suma qamaña*, o *ñande reko*, o *sumak kawsay*, a ecologia profunda e outros tantos, complementam-se, mostram algumas equivalências, sensibilidades convergentes e é justamente esta complementação que permite delimitar o espaço de construção do *Bem-Viver*.

## Uma plataforma para ver o mundo de outras maneiras

Como vimos, o *Bem-Viver* expressa diferentes idéias, inclusive culturais, que pretendem distinguir-se da Modernidade. Isto faz com que ao se questionar o desenvolvimento, avançou-se para questões de

enorme complexidade. Alguns analistas, inclusive, consideram que se deve ir além do campo da cultura. Embora o uso da palavra “cultura” pode ser entendido de modo muito amplo quase sempre evoca interações entre seres humanos, onde as diferentes maneiras de conceber a Natureza passam a ser meros atributos de uma relação para fora desse interrelacionamento humano. Recordemos que o *Bem-Viver* questiona o dualismo da Modernidade que separa sociedade e Natureza e converte a esta última num conjunto de objetos que podem ser dominados, manipulados e apropriados. Ademais, o *Bem-Viver* procura evidenciar outras formas de relacionamento com o meio.

Isso explica porque em muitas análises sobre o *Bem-Viver* aparecem referências a termos como “cosmovisões”, “ser no mundo”, “ontologias”, “casa cósmica andina” (em palavras de Yampara, 2002). Para além dos termos ou palavras usadas, alude-se a questões como as concepções sobre nós mesmos como pessoas, a forma como interagimos com tudo o que nos rodeia, os marcos éticos, os valores que se outorgam e as concepções do devir histórico.

Nos últimos tempos, estes temas foram tratados utilizando-se o conceito de **ontologia**, uma palavra que pode gerar o temor de levar-nos a um insondável debate filosófico, mas também pode oferecer uma definição do esforço para transmitir a idéia que aqui se apresenta. Apelaremos a um recente resumo do antropólogo argentino Mario Blaser (2010).

Ontologia é a forma sob a qual se entende e interpreta o mundo, baseia-se numa série de pressupostos sobre o que existe ou não, suas relações etc. Uma ontologia, mesmo que não seja uma predeterminação, constrói-se a partir das práticas e interações tanto com os humanos como com nosso meio não-humano. A partir disso se geram histórias, práticas, mitos e crenças, que podem ser entendidos como “relatos” que tornam penhoráveis nossas experiências e ações. As ontologias, conclui Blaser, podem ser entendidas como os determinantes das representações totais, discursivas ou não, de nossos mundos.

Ter apelado a Blaser não é capricho, já que seu trabalho está focado em grupos indígenas do Chaco Paraguai, com profusas comparações com outras culturas. Em seus estudos, adverte sobre conflitos ontológicos, onde estão em jogo questões como a objetividade ou validade de um conhecimento, ou quais são as práticas aceitáveis. Justamente este tipo de assunto também aparece nas diferentes expressões do *Bem-Viver*. Em alguns casos se ataca a “objetividade” que separa a Natureza da sociedade, enquanto em outros se considera válido que as árvores ou os espíritos integrem uma “comunidade política” junto com os humanos. A determinação de questões como «verdadeiro/falso», «correto/incorrecto» ou «sujeito de valor/objeto de valor», é dada por cada ontologia e a partir delas se criam e se reproduzem os entrelaçamentos culturais que discutimos em seções anteriores.

O desenvolvimento convencional corresponde à ontologia própria da modernidade européia. Dentre as principais características desse desenvolvimento pode-se citar a separação entre sociedade e Natureza (dualidade), um devir histórico considerado linear, a pretensão de controle e manipulação, a fé no progresso, a insistência em separar o “civilizado” do “selvagem” etc. Apela-se a um conhecimento experiente que determina as melhores estratégias e impõe uma noção de qualidade de vida similar para todas as nações. As demandas de grupos locais ou comunidades indígenas devem ser “traduzidas” a um saber tecnocrático ou devem demonstrar relevância econômica para poder influir na marcha desse desenvolvimento.

Consideremos o caso de um grupo local que pensa que a mineração “matará” o morro que faz parte de sua “comunidade” de vida. Isto é “traduzido” pelos modernos como uma listagem de impactos ao ambiente físico, com a esperança de poder incidir nas decisões de um empreendimento, que por sua vez é legitimado como uma mostra de “desenvolvimento”.

Nestes casos, estão se pondo em questão discursos, práticas e institucionalidades do desenvolvimento herdado da Modernidade, sob a forma de conflitos culturais. Mas ao mesmo tempo ali ocorre algo mais profundo, já que o *Bem-Viver* também evidencia que existem “outras” ontologias, que são construídas de outra maneira, com seus próprios mecanismos para produzir validade e certeza, que entendem, valorizam e apreciam seus mundos de forma diferente. Portanto estariam ocorrendo “conflitos ontológicos”. Nesse plano aparecem as ontologias dos diferentes povos indígenas.

A partir da herança ocidental “compreendemos” ou “sentimos” que o projeto da Modernidade se esgotou e atingimos um ponto crítico que nos permite “ver” essas outras ontologias, não necessariamente entendê-las em toda sua complexidade, mas ao menos observar suas manifestações,

reconhecê-las como alternativas válidas e respeitáveis, inspirar-se nelas, reapropriar-se delas para transformar nossa própria cosmovisão.

Entre todas as novas e diferentes ontologias que agora se vislumbram, são particularmente interessantes aquelas que são “relacionais”, no sentido que estabelecem relações ampliadas para além do conjunto humano. Enquanto a ontologia moderna é dualista, separando sociedade e Natureza, nas ontologias de vários povos indígenas essa distinção não existe. São relacionais porque a comunidade humana é integrada também por outros seres vivos e não-vivos e inclusive espíritos; a mesma sensibilidade se encontra em alguns defensores da ecologia profunda.

As complementariedades e articulações assinaladas acima estão desta maneira, limitadas por uma incomensurabilidade. Não se podem reduzir as ontologias ameríndias do planalto às da selva tropical amazônica, nem às ocidentais modernas. Expressam-se em idiomas, culturas, geografias e histórias diferentes.

Tem razão Medina (2011) quando enfatiza que o *suma qamaña* na perspectiva aymara implica uma *cosmovisão* ameríndia de complementariedades e reciprocidades que não podem ser reduzidas ou ajustadas ao cartesianismo próprio dos europeus.

Reconhecendo essas especificidades, é possível precisar que o *Bem-Viver* pode ser entendido como uma plataforma onde se encontram múltiplas ontologias. Os pontos de chegada a esse espaço comum se originam de diferentes ontologias e de diferentes elementos culturais.

Essa plataforma comum deveria ser elaborada a partir da prática de uma interculturalidade que olha para o futuro, para construir alternativas ao desenvolvimento.

Esta plataforma para “ver o mundo” de diferentes maneiras se articula em torno de alguns eixos que são compartilhados seja pelas críticas culturais, ou num plano mais profundo, também pelas diferentes ontologias; são os **componentes comuns** a cada expressão particular do *Bem-Viver*. Entre os mais importantes se destacam os seguintes:

**Outra ética para reconhecer e atribuir valores:** Quando se diz que a Natureza passa a ser sujeito de valor, o que acontece é uma mudança radical frente à ética ocidental vigente onde tudo o que nos rodeia é objeto de valor e unicamente as pessoas como seres conscientes podem articular valorações.

Também nos afastamos das formas de valoração atual ao postular abandonar a insistência em converter tudo o que nos rodeia em mercadorias com valor de uso ou de troca. E assim, sucessivamente, pode-se ver que se compartilha outra ética frente ao mundo.

**Descolonização de saberes:** Trata-se de reconhecer, respeitar e inclusive aproveitar a diversidade de saberes. Rompe-se (ou se tenta romper) com as relações de poder dominantes, abandonando-se a pretensão de um saber privilegiado que deve dominar e conduzir o encontro entre culturas e saberes. Isto é mais do que um relativismo epistemológico, já que se apóia numa descolonização do conhecimento. Os demais saberes se tornam legítimos e conseqüentemente deve-se reconfigurar a dinâmica política para lidar com eles.

**Abandona-se a racionalidade manipuladora e instrumentalizadora.** O *Bem-Viver* é um espaço onde se abandona a pretensão moderna de dominar e manipular tudo o que nos rodeia, sejam pessoas ou a Natureza, para convertê-los em meios que servem a nossos fins.

**Uma vocação orientada ao encontro, diálogo e interações entre os diferentes saberes.** Os pontos assinalados acima impedem que o próprio *Bem-Viver* assumira uma postura reducionista, onde uma de suas versões pretenda ser hegemônica e desloque todas as demais. Por sua vez, essa interação deve acontecer tanto num plano intercultural, como também resgatando posturas críticas dentro da própria Modernidade ocidental.

**Concepções alternativas da Natureza.** Este não é um tema menor nem uma imagem folclórica já que o desenvolvimento convencional tem uma determinada concepção da Natureza, que por sua vez permite certos tipos de desenvolvimento.

Desta maneira, qualquer alternativa ao desenvolvimento requer reconceituar a idéia ocidental de uma Natureza externa a nós, desarticulada em objetos, que podem ser manipulados e apropriados como recursos.

O *Bem-Viver* abriga diferentes formas de relativizar a dualidade que separa a sociedade da Natureza e reposiciona o ser humano como integrante da trama da vida.

**Comunidades ampliadas.** As comunidades políticas (no sentido de abrigar atores com expressividade política) não estão restritas às pessoas. Há nelas lugar para o não-humano (podem ser outros seres ou elementos do ambiente ou mesmo espíritos).

**Um lugar para as vivências e os afetos.** O *Bem-Viver* poderá ter sua base material, mas não está restrito a ela, já que em suas expressões há papéis protagônicos para os afetos, as vivências de alegria ou tristeza, rebeldia ou compaixão. O materialismo não é suficiente para o *Bem-Viver*.

### **Superar resistências e freios**

A construção do *Bem-Viver* está enfrentando alguns problemas e é apropriado repassar alguns deles. Um primeiro conjunto de problemas está em banalizá-lo. Em alguns casos isto é feito a partir de posturas conservadoras, por vezes neoliberais e o difamam como uma reivindicação meramente indígena que levaria à preguiça e ao atraso econômico.

Em outros casos, no meio acadêmico e em especial na economia, muitos consideram todas estas questões algo pouco sério, quase fantasioso e distante de suas pesquisas.

Finalmente, não faltam colegas progressistas que pensam que o *Bem-Viver* é apenas para outorgar ajudas econômicas aos mais pobres.

Outro conjunto de problemas se revela nas relações entre a sociedade civil e o Estado. Deve-se assinalar que em alguns casos o governo assume a liderança de promover o *Bem-Viver*, mas ao preço de terminar controlando todos os processos e limitando uma real e livre participação das organizações cidadãs.

Em outros casos, é quase o oposto. Diz-se que foi a sociedade civil que abandonou o debate, em parte, devido a suas discordâncias com o governo. Certamente existem culpados nesses casos. É verdade que não faltam agentes governamentais que parecem já saber tudo e não admitem a crítica. Desse modo cerceiam o diálogo com a sociedade civil sem dar oportunidade para avançar coletivamente na construção do *Bem-Viver*. Mas também é verdade que a sociedade civil deve manter um papel proativo na promoção do debate sobre o *Bem-Viver*, aceitando que existem posturas diversas e que este processo continua em construção. Abandonar essa tarefa não ajuda a avançar.

Outras vezes, encontramos posições extremadas que estão impedindo o avanço na construção das idéias sobre o *Bem-Viver*. Por um lado, agrade ou não, o Estado é um espaço estratégico na construção deste conceito, porque é necessário incidir em seu âmago, interagir com os responsáveis de programas e participar ativamente. Por outro lado, os servidores públicos governamentais deveriam reconhecer que marginalizar a sociedade civil resulta em idéias empobrecidas e sem muita legitimação social.

É necessário reagir contra esses problemas, seja a banalização ou a dissolução dos espaços coletivos de construção. É tempo de re-apropriar-se das discussões sobre o *Bem-Viver* e voltar a lançá-lo. É uma tarefa necessária tanto no âmbito da sociedade civil como na sociedade política, e esta precisa daquela e vice-versa. Esta é uma idéia que não tem donos, onde todos têm algo para contribuir e, em vários casos, esta tarefa está se tornando urgente.

### **Passagem para o Bem-Viver**

À medida que avança a discussão sobre o *Bem-Viver* aumentam as reivindicações por ações concretas de mudança baseadas nos consensos atuais. Muitos dos críticos ao *Bem-Viver* denunciam que estas medidas implicariam uma imposição obscurantista de sociedades de caçadores-catadores vivendo na selva. Isto é totalmente infundado. O *Bem-Viver* não tem uma postura anti-tecnológica.

Pelo contrário, o desenvolvimento científico-técnico continuará a ser aproveitado, mas sem dúvida de outra maneira, sem excluir outras fontes de conhecimento, sempre sujeito ao princípio da cautela. Para dar um exemplo claro, a partir do *Bem-Viver* se continuará a construir pontes ou estradas, ainda que estas possam ter outro desenho, estar localizadas em outro lugar e servindo a outros propósitos diferentes dos atuais.

Em vista destas mudanças certamente se espera que o Estado desempenhe um papel importante. Isto é muito necessário naqueles países que continuam as reformas de mercado, como Peru ou Colômbia. No caso dos países com governos progressistas se tem avançando nesse caminho, o que oferece



melhores condições para promover subseqüentes mudanças para o *Bem-Viver*. Há analistas, como Raúl Prada (2010), que assinalam o papel determinante do Estado para “conformar uma economia social e comunitária”. Entende-se esta postura como reação à longa e profunda reforma neoliberal de décadas passadas, onde prevaleceu o mercado, mas também se deve admitir que a situação nos países com governos progressistas já é diferente. Nestes contextos é necessária uma boa dose de precaução frente às tentações de decretar o *Bem-Viver* a partir dos escritórios governamentais, assumindo que o Estado sabe tudo e que sozinho representa às demandas cidadãs.

Essa situação é particularmente complicada quando o próprio Estado retoma um estilo de desenvolvimento convencional, de alto impacto social e ambiental e, portanto se afasta das concepções do *Bem-Viver*.

Alguns poderiam propor que as novas estratégias de desenvolvimento que alguns governos progressistas ensaiam constituem exemplos do *Bem-Viver*. As bases conceituais dessa idéia merecem ser analisadas. Essa postura usualmente se baseia no fortalecimento do Estado, na reorientação do desenvolvimento para certas demandas populares e em particular aos planos de combate à pobreza (geralmente reduzidas a transferências de dinheiro). Está fora de discussão que estes programas de assistência social foram muito importantes na redução da indigência e da pobreza.

Mas o problema atual é que o financiamento de todos estes programas continua baseado num desenvolvimento convencional, de apropriação da Natureza, mantendo o padrão subordinado de exportações de recursos naturais.

É mais, em alguns países o aumento do gasto social e em obras públicas torna os governos ainda mais dependentes de exportações de minérios, hidrocarbonetos e do avanço das monoculturas. Poder-se-ia dizer que este progresso se aproxima do *Bem-Viver* por seu combate à pobreza e apoio a algumas demandas populares. Estes contrastes são sentidos particularmente pelas comunidades indígenas, especialmente nas zonas tropicais, onde se localiza a nova fronteira do avanço das empresas de mineração e petróleo. Os impactos gerados pelo extrativismo explicam muitas reivindicações e protestos sociais que existem em vários países.

Algumas posturas, como da economia ecológica, da agroecologia e outras, poderiam reclamar ser a melhor expressão prática do *Bem-Viver*. Sem dúvida alguma, suas contribuições são indispensáveis, mas por si só não geram uma alternativa ao desenvolvimento.

Entre as práticas atuais em marcha na América do Sul, posições como o neo-desenvolvimentismo do Brasil, poderiam apresentar-se como a melhor via para o *Bem-Viver*, por seu maior protagonismo estatal, defesa de empresas nacionais, autonomia frente ao FMI etc. É verdade que pode ter alguns elementos positivos, mas por si só também não completa os conteúdos esperados das alternativas do *Bem-Viver*.

Tanto na Bolívia como no Equador tentou-se aplicar, ainda que de maneira diferente, o mandato constitucional do *Bem-Viver*. No caso boliviano há vários questionamentos neste aspecto frente ao Plano Nacional de Desenvolvimento (Medina, 2011), enquanto no Equador, o Plano Nacional do *Bem-Viver* tenta fazê-lo de forma diferente. Estes casos servem para esclarecer que um dos campos concretos da atual disputa do *Bem-Viver* frente às posturas de desenvolvimento convencional envolve o extrativismo.

É necessário deixar muito claro que uma postura comprometida com o *Bem-Viver* implica romper com o extrativismo. Esse é um tipo de atividade que por seus impactos sociais e ambientais é sem dúvida incompatível com o *Bem-Viver* em qualquer de suas expressões concretas. O plano equatoriano reconhece isto ao propor como meta futura chegar ao pós-extrativismo, a partir do que a tarefa imediata é realizar ações concretas.

Também se deve indicar que as metas imediatas de um programa para o *Bem-Viver* deveriam estar centradas em dois objetivos que guardam a mesma relevância: pobreza zero e zero de extinções de espécies nativas. A erradicação da pobreza e a detenção do desastre ambiental aparecem como medidas urgentes, andam juntas e são igualmente necessárias.

Não faltará quem reclame por medidas concretas de transformação que sejam radicais, amplas e imediatas. Será que é possível propor uma mudança revolucionária ou radical, onde em pouco tempo se possa implantar uma forma de *Bem-Viver*? Parece difícil defender essa postura. O *Bem-Viver* é plural e ademais é um conceito em construção. Portanto é difícil querer contar com um receituário de

medidas específicas de algo que se está gestando neste exato momento. Mas sem dúvidas o *Bem-Viver*, em sua própria concepção, implica uma ruptura e transformação substancial com a ordem atual.

Está na própria essência do *Bem-Viver* uma relatividade que permite ajustar-se a cada contexto cultural e ambiental; portanto, não existirá nunca “uma receita”. O *Bem-Viver*, enquanto plural, não pode ser essencialista.

Seja por uma via ou por outra, as atuais demandas de mudança devem se orientar para um programa de “transições”, onde se alternam momentos de rupturas e transformações com permanências. Isto dá oportunidade para continuar aprofundando o *Bem-Viver*, criar uma maior base de apoio social e prover exemplos concretos de viabilidade. O segredo está em que o balanço entre as permanências e as transformações gere um movimento de mudança real; cada nova transformação deve abrir as portas a um novo passo, evitando a estagnação e imprimindo um ritmo de mudança sustentada.

Iniciativas de transição, em especial aquelas orientadas ao pós-extratativismo, estão em discussão entre várias organizações sulamericanas. A *Rede Peruana por uma Globalização com Equidade* está explorando transições para deixar de depender do extrativismo em setores como energia, mineração, pesca e agropecuária.

## **Conclusões: depois do desenvolvimento, *Bem-Viver***

Um balanço final deste breve percurso permite assinalar que o *Bem-Viver* surge como um termo de encontro dos questionamentos frente ao desenvolvimento convencional e às vezes como uma alternativa. Incorporam-se as perspectivas, inclusive o caráter, de saberes indígenas e também outras correntes alternativas ocidentais.

O *Bem-Viver* não deveria ser entendido como uma re-interpretação ocidental de um modo de vida indígena em particular. Também não é uma tentativa de retornar ou implantar uma *cosmovisão* indígena que substitua o desenvolvimento convencional.

O *Bem-Viver* se define como uma plataforma onde se compartilham diversos elementos com uma perspectiva de futuro; possui um horizonte utópico de mudança, aspecto que está presente na perspectiva andina contemporânea. Sánchez Parga (2009) indica que no Equador o *sumak kawsay* “*não é alheio a um passado recente, que nada tem que ver com a tradição*” e, menos ainda, com as pessoas que desejam “*poder fazer sua vida*”, sem deixá-las à mercê de fatores que lhes são alheios e hostis. Num contexto onde o “moderno” significa abolir culturas, tradições e passados coletivos, esta postura tem mais a ver com projeto futuro do que com reivindicação tradicional.

Esta plataforma de encontro se expressa no plano das culturas e além delas, nas ontologias que as sustentam. Por esta razão, na pluralidade do *Bem-Viver* estão presentes múltiplas ontologias.

Não se pode produzir uma proposta essencialista que seja idêntica para todas as culturas e todos os lugares. Enquanto conceito plural poderia dizer-se que, em sentido rigoroso, estamos nos referindo a “*Bons-Viveres*” que adotam diferentes formulações em cada contexto social e ambiental.

Se por um lado não se pode elaborar uma síntese a partir de cada uma das manifestações concretas, por outro, é possível identificar elementos comuns que permitem referir-nos a esta plataforma múltipla. Além do acordo em recusar o desenvolvimento convencional e denunciar seus efeitos negativos, o *Bem-Viver* mostra outras concordâncias. Repassemos algumas delas:

Em primeiro lugar, abandona-se a pretensão do desenvolvimento como um processo linear, de seqüências históricas que devem repetir-se. O *Bem-Viver* em vez não tem uma postura nem linear nem única da historicidade.

Como segundo ponto, defende-se outra relação com a Natureza, reconhecida como sujeito de direitos e se postulam diversas formas de continuidade relacional com o ambiente.

Em terceiro lugar, não se economizam as relações sociais, nem se reduzem todas as coisas a bens ou serviços mercantilizáveis.

Isto permite apontar um quarto elemento, onde o *Bem-Viver* reconceitua a qualidade de vida ou o bem-estar de forma que não dependem somente da posse de bens materiais ou dos níveis de renda. Isto explica a importância dada à busca de felicidade e do *Bem-Viver* espiritual.

Logo, um quinto elemento faz que o *Bem-Viver* não possa ser reduzido a uma postura materialista, já que em seu seio convivem outras espiritualidades e sensibilidades.

Seguidamente se deve assinalar uma série de elementos que possibilitam tecer vinculações entre as diferentes perspectivas culturais e as ontologias. Entre as que examinamos neste artigo é necessário voltar a sublinhar a importância da ética: o *Bem-Viver* tem outra forma de conceber e atribuir valores. Identificar valores intrínsecos no não-humano é um dos elementos mais importantes que diferencia esta postura da Modernidade ocidental. A partir deste novo olhar as comunidades são redefinidas, ampliadas ao não-humano e se criam concepções alternativas da Natureza. A estes se somam outros componentes, como a descolonização de saberes ou o abandono das racionalidades que procuram a manipulação e a dominação.

Pode-se ver que quando se chega à plataforma do *Bem-Viver* a partir de diferentes pontos de partida, compartilha-se uma série de posturas que significam alternativas ao desenvolvimento contemporâneo em praticamente todos seus aspectos.

Sem dúvida aqui estão em jogo uma diversidade de tipo novo e a tomada de decisões deverá estar sujeita a processos democráticos para lidar com ela (os detalhes sobre estes mecanismos é assunto para um futuro artigo).

As muitas tensões não desaparecerão por arte da magia, nem se realizarão todas as demandas cidadãs. Mas o que acontecerá com o *Bem-Viver* é uma mudança radical na conformação de cenários e no desdobramento de mecanismos para discutir diferentes opções, na atribuição de valores, nas formas sob as quais se chega a acordos e se desenham projetos políticos. Até agora, certos saberes foram negados ou recusados, mas sob o *Bem-Viver* tornam-se legítimos. Assim mesmo, a defesa da pluralidade cultural do *Bem-Viver*, faz que tenha uma vocação orientada ao encontro, diálogo e outras formas de interações entre diferentes saberes.

Por todas estas razões o *Bem-Viver* é atualmente um conceito vivo onde, como é comum escutar em muitos vales andinos, estão germinando novas alternativas de vida.

## **Bibliografía**

- Acosta, A. 2008. El Buen Vivir, una oportunidad por construir. Ecuador Debate, Quito, 75: 33-47.
- Acosta, A. y E. Martínez. 2009 (comps). El buen vivir. Una vía para el desarrollo. AbyaYala, Quito.
- Albó, X. 2009. Suma qamaña = el buen convivir. Revista Obets, Alicante 4: 25-40.
- Blaser, M. 2010. Storytelling globalization from the Chaco and beyond. Duke University Press, Durham.
- Choque Q. , M. E. 2006. La historia del movimiento indígena en la búsqueda del Suma Qamaña (Vivir Bien), International Expert Group Meeting on the millennium development goals, indigenous participation and good governance, United Nations, New York.
- Choquehuanca C. , D. 2010. Hacia la reconstrucción del Vivir Bien. América Latina en Movimiento, ALAI, No 452: 6-13.
- Descola, P. 1996. La selva culta. Simbolismo y praxis en la ecología de los achuar. AbyaYala, Quito.
- Dávalos, P. 2008. Reflexiones sobre el sumak akwsay (buen vivir) y las teorías del desarrollo. ALAI (Agencia Latino Americana Informaciones), Quito, Agosto 5. Disponible en: <http://alainet.org/active/25617>
- Escobar, A. 1996. La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Norma, Bogotá.
- Estermann, J. 2009. Colonialidad, descolonización e interculturalidad. Apuntes desde la filosofía intercultural. En: "interculturalidad crítica y descolonización. Fundamentos para el debate". Convencio A. Bello, Instituto Internacional Integración, La Paz.
- García Canclini, N. 1989. Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad. Grijalbo, México.
- Gudynas, E. 2010. Tensiones, contradicciones y oportunidades de la dimensión ambiental del Buen Vivir, En: "Vivir bien: ¿Paradigma no capitalista?" (I. Farah H. y L. Vasapollo, coords), CIDES-UMSA y Plural, La Paz.
- Gudynas, E. 2011. Más allá del nuevo extractivismo: transiciones sostenibles y alternativas al desarrollo. En: "El desarrollo en cuestión" (F. Wanderly, coord. ), CIDES y Plural, La Paz.
- Gudynas, E. y A. Acosta. 2011. El Buen Vivir más allá del desarrollo. Qué Hacer, DESCO, Febrero/ Marzo, Lima.

- Henkemans, A. B. 2003. Tranquilidad y sufrimiento en el bosque: los medios de vida y percepciones de los Cambas en el bosque de la Amazonia boliviana. Promab, Serie Científica 7, Riberalta.
- Huanacuni Mamani, F. 2010. Vivir Bien / Buen Vivir, Convenio Andrés Bello, Instituto Internacional de Investigación y CAO, La Paz, 2010.
- Larrea, A. M. 2010. La disputa de sentidos por el buen vivir como proceso contrahegemónico, pp 15-27, En: "Los nuevos retos de América Latina. Socialismo y sumak kawsay". SENPLADES, Quito.
- Medina, J. 2008. La Buena Vida occidental y la Vida Dulce amerindia, pp 31-36, En: "Suma Qamaña. La comprensión indígena de la vida buena" (J. Medina, coord. ). Serie Gestión Pública Intercultural, PADEP/GTZ, La Paz.
- Medina, J. 2001 (comp. ) La comprensión indígena de la Buena Vida. GTZ y Federación Asociaciones Municipales de Bolivia, La Paz.
- Medina, J. 2002 (comp. ) Ñande Reko. La comprensión guaraní de la Vida Buena. GTZ y Federación Asociaciones Municipales de Bolivia, La Paz.
- Medina, J. 2011. Suma qamaña, vivir bien y de vita beata. Una cartografía boliviana. La Reciprocidad, 20 enero. <http://lareciprocidad.blogspot.com/2011/01/suma-qamana-vivir-bien-y-de-vitabeata.html>
- Naess, A. 1989. Ecology, community and lifestyle. Cambridge University Press, Cambridge.
- Prada A. , R. 2010. Transición al Buen Vivir. 25 agosto. Quintanilla Coro, V. H. 2010. La descolonización de la "subalternidad" indígena, como efecto de las "relaciones sociales". ALAI, Quito, 18 octubre. <http://alainet.org/active/41714&lang=es>
- Rivera Cusicanqui, S. 2010. Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre las prácticas y discursos descolonizadores. Tinta Limón, Buenos Aires.
- Ramírez G. , R. 2010. Socialismo del sumak kawsay o biosocialismo republicano, pp 55-74, En: "Los nuevos retos de América Latina. Socialismo y sumak kawsay". SENPLADES, Quito.
- Sánchez Parga, J. 2009. Qué significa ser indígena para el indígena. Más allá de la comunidad y la lengua. Universidad Politécnica Salesiana y AbyaYala, Quito.
- SENPLADES. 2009. Plan nacional para le Buen Vivir, 2009-2013. SENPLADES (Secretaría Nacional de Planificación), Quito.
- Torrez E. , M. 2001. Estructura y proceso de desarrollo del Qamaña / espacio de bienestar. Pp 45-67, En: "Aymar ayllunakasan qamawipa. Los aymara: búsqueda de la qamaña del aully andino" (S. Yampara et al. , coords. ). Ediciones Qamañpacha, CADA, La Paz.
- Tortosa, J. M. 2001. El juego global. Maldesarrollo y pobreza en el capitalismo global. Icaria, Barcelona.
- Uzeda V. , A. 2009. Suma qamaña. Visiones indígenas y desarrollo. Traspacios, CISO, UMSS, Cochabamba, 1: 33-51.
- Walsh, C. 2010. Development as Buen Vivir: institutional arrangements and (de)colonial entanglements. Development 53(1): 15-21.
- Wray, N. 2009. Los retos del régimen de desarrollo. El Buen Vivir en la Constitución, pp 51-62, En: "El Buen Vivir. Una vía para el desarrollo" (A. Acosta y E. Martínez, comps. ). AbyaYala, Quito.
- Yampara, S. 2001. Viaje del Jaqi a la Qamaña, El hombre en el Vivir Bien, pp 45-50, En: "La comprensión indígena de la Buena Vida" (J. Medina, comp. ). GTZ y Federación Asociaciones Municipales de Bolivia, La Paz.

## Paulo Suess - Elementos para a busca do bem viver - *sumak kawsay* - para todos e sempre

PAULO SUESS

"Em oposição à lógica do capitalismo neoliberal que propõe "viver melhor" com mais mercadorias que ameaçam o equilíbrio ecológico e social, o conceito do "*sumak kawsay*" propõe repartir os bens para que todos possam 'viver bem'. A vida humana de todos em harmonia com a natureza é o eixo central dessa proposta". O comentário é do teólogo **Paulo Suess**, assessor do **Conselho Indigenista Missionário - Cimi** em artigo publicado no sítio **Cimi**, 02-11-2010.

### **Eis o artigo.**

Na construção do "bem viver", dois eixos são sumamente importantes: o "bem viver" para todos, quer dizer, o combate contra uma sociedade de classes e privilégios, e o "bem viver" para sempre, que é o "bem viver" com memória histórica, o bem viver não apenas dos sobreviventes e vencedores, mas o bem viver que dá voz e ouvido aos vencidos.

Sem essa dimensão de resgate histórico e horizonte escatológico é impossível pensar o bem viver para sempre. Portanto, o bem viver tem uma dimensão que perpassa o tempo (diacronia), uma dimensão transhistórica, e uma dimensão contemporânea e simultânea (sincrónica), que enfoca o aqui e agora do indivíduo e da sociedade. O bem viver não é construído em Spá nem em estúdio *de wellnes*, mas num laboratório no qual se entrelaçam ação política e gratuidade.

Ser feliz, como indivíduo, e viver bem, como ser social em família e sociedade são duas tarefas conjuntas que procuramos solucionar a vida inteira. Parecem duas tarefas contraditórias. No centro da primeira está a felicidade própria do indivíduo, o núcleo da segunda são costumes e prescrições culturais, a moral, a virtude e a lei da sociedade.

Temos exemplos históricos, que mostram que é possível esmagar o indivíduo pelo coletivo como temos exemplos do contrário que nos mostram como o indivíduo, com seus anseios de igualdade e liberdade, se impõe à coletividade através de privilégios herdados ou prestígios sociais conquistados. Numa sociedade de grandes desigualdades não há felicidade, nem para as elites nem para os pobres. A partir de certa disparidade entre ricos e pobres, falta a base material para o bem-estar espiritual da maioria da população. Não reduzimos a felicidade ao bem-estar material nem separamos o bem estar material do bem-estar espiritual.

Praticamente todas as lutas sociais representam tentativas de equilibrar felicidade individual e moral social, ou, como se diz no mundo andino, são buscas de harmonia, de harmonia sociocultural entre o indivíduo e o coletivo, e harmonia entre os seres humanos e a natureza da qual são parte integrante.

Essa busca de harmonia se transformou em lutas políticas. A harmonia não é dada. Ela é uma conquista que exige vigilância permanente. Nas declarações de independência procurou-se derrubar o poder do colonizador. Na Revolução Francesa, o novo cidadão procurou derrotar os nobres e o clero com seus privilégios e nas revoluções socialistas procurou-se destituir o burguês privilegiado pela classe operária.

Hoje, o capitalismo, essa nova colonização pelo capital, pela ideologia do desenvolvimento, pelo consumo e pela competição, procuramos curar as patologias do desequilíbrio que se manifesta pela acumulação, pelo crescimento desenfreado e pela aceleração. Procuramos novos conceitos de propriedade e desenvolvimento para construir novas realidades. Procuramos bem-estar sem crescimento. No meio de lutas pela redistribuição dos bens (terra, água, ar) e pelo reconhecimento do outro procuramos desvincular o bem-estar do crescimento predatório (agrotóxicos, expansão sobre a propriedade dos outros, consumo autodestrutivo). Percebemos que o capitalismo não tem patologias. Ele é a patologia.

## 1. Um olhar rápido sobre a história do “bem viver”

Um olhar histórico nos mostra, como o bem viver pode ser truncado por estruturas de uma sociedade aristocrática, por um sistema colonial ou pelo próprio capitalismo patológico.

1. Em sua “Ética a Nicómaco”, **Aristóteles** (384-322 a.C.) tece um fio condutor para seu filho e a sociedade do bem e feliz viver. Os fundamentos desse bem viver são: língua, política, razão e moralidade. Mas o bem viver de Aristóteles não é para todos. É a ética de uma República Aristocrática que precisa de escravos para realizar seu bem viver. O “bem viver” numa sociedade aristocrática, que não questiona a escravidão, é o “bem viver” das elites às custas dos escravos.

2. “A primeira nova crônica e bom governo” de **Felipe Guamán Poma de Ayala** (1535-1616?) representa a tentativa indígena de descrever, através de um “bom governo”, a possibilidade do “bem viver”. Guamán Poma se declara descendente da linhagem incaica e cristão. Em busca do “*buen Gobierno*” e do “*buen vivir*”, que são conversíveis, ele denuncia profeticamente a traição do Evangelho e dos princípios de um bom governo através de inúmeros desenhos e poucas palavras [n.1]. No sistema colonial, ambas as culturas, a cristã e a andina se autodestruíram. O bem viver é insustentável em ilhas do sistema colonial [n.2]. O bem viver envolve a humanidade em lutas antiescravagistas e anticoloniais.

3. A Independência dos países latino-americanos nem sempre foi um avanço em direção do bem viver. Os mecanismos da colonização e de uma sociedade escravocrata podem também continuar em países independentes. As elites mestiças, crioulas e brancas que assumiram os governos ditos independentes, muitas vezes reproduziram os mecanismos de dominação no interior de seus países. No Brasil, a escravidão continuou. Nos países emancipados, afro-americanos e indígenas, geralmente, não participaram do “bem viver” pós-colonial.

## 2. Desafios ao “bem viver” hoje

O sistema capitalista é incapaz de produzir o bem viver de todos os cidadãos. Consumismo e fome são expressões desse desequilíbrio na distribuição dos bens da terra. Crescimento, expansão e aceleração se tornaram palavras mágicas, apoiadas por tecnologias cada vez mais sofisticadas a serviço da substituição de trabalhadores. No atual projeto, na aceleração da produção e na acumulação do capital, não se trata apenas de uma manipulação de objetos mortos. Capital e produção representam relações sociais mediadas por exploração, alienação e coisificação. A relação utilitarista “custo-benefício” não é uma mera relação comercial com sua lógica própria. Nela está embutida uma relação social.

Quem produz mais barato é aquele que se submete a condições de um trabalho penoso, que a máquina e os computadores ainda não conseguem resolver. Esse trabalho penoso, em geral de curta duração, é acompanhado de um salário indigno, sem garantia de direitos sociais, de educação dos filhos ou aposentadoria. Consequência desta nova configuração do trabalho são os mal empregados, os desempregados, os migrantes em busca de melhores condições de sobrevivência.

O que está em questão é coesão e solidariedade social interna das sociedades. Essa solidariedade é atropelada pela concorrência do mercado globalizado que vive da exclusão e não da integração dos cidadãos. Redistribuição, integração social pelo trabalho e participação do lucro se tornaram direitos humanos. O poder judiciário está despreparado para garantir esses direitos.

A exploração irracional atinge não só operários, indígenas ou migrantes, mas também a nossa irmã natureza. A devastação de florestas e da biodiversidade, “coloca em perigo a vida de milhões de pessoas”, em especial a vida dos “camponeses e indígenas, que são

expulsos para as terras improdutivas e para as grandes cidades para viverem amontoados nos cinturões de miséria” (DAP 473).

O que está em questão é o “atual modelo econômico, que privilegia o desmedido afã pela riqueza, acima da vida das pessoas e dos povos” (DAP 473). O “bem viver” está também ameaçado por uma crise cultural profunda que se manifesta como crise de sentido, como fundamentalismo político-religioso e como consumismo. A dissolução do sentido da história humana numa mera história natural e a afirmação da verdade única como negação do reconhecimento do outro e do pensamento diferente representam um potencial permanente de guerra e violência, inclusive no interior das religiões.

Depois de guerras para a implantação da democracia, hoje essa democracia liberal está numa profunda crise estrutural pela confusão dos poderes (executivo, legislativo e judiciário) e pela ética. A democracia liberal não permite a participação satisfatória do povo, sobretudo dos pobres, dos excluídos e dos povos indígenas, especialmente quando são minoria.

A justiça em nossos países tornou-se uma justiça formal, morosa e caríssima, que atua, muitas vezes, longe dos lugares onde acontecem as injustiças, e não serve aos pobres, que desconhecem os trâmites legais e não conseguem pagar advogados competentes para garantir seus direitos básicos. O aparato policial não traz segurança à população e as condições inumanas das nossas cadeias fazem delas verdadeiras escolas do crime.

Acreditamos que um outro mundo é possível, porque o atual tripé crescimento econômico, segurança social e democracia política não oferece perspectivas do bem viver universal. Não entramos no jogo de alternativas perversas: democracia com fome e miséria, ou bem-estar material sem participação, sem liberdade política e sem horizonte de sentido, ou prosperidade econômica do país com ditadura e fome.

A construção do bem viver é uma construção cultural (não natural). Quem quer construir o bem viver, é contracultural. Essa construção significa:

- descolonizar as instituições políticas,
- desmercantilizar os saberes, a fé, a escola, saúde,
- desprivatizar o que deve ser de domínio público,
- na patologia da aceleração somos o freio de emergência.

### **3. Uma luz no túnel: *sumak kawsay***

Enquanto o Brasil está competindo com os países com economias fortes, nas discussões constitucionais da Bolívia e do Equador irrompeu uma proposta que procura superar as políticas alinhadas com os projetos de hegemonia competitiva. Essa proposta, de origem kechwa, se articula em torno de um novo paradigma do “bem viver”, em kechwa, “*sumak kawsay*”. O “*sumak kawsay*” é uma utopia política não muito distante da utopia do Reino. Ambos são precedidos ou representam um *pachakuti*, uma reviravolta social. O *pachakuti* restabelece o equilíbrio perdido e abre o caminho para “viver em plenitude”.

Na “*Conferencia de los Pueblos sobre El Cambio Climático y los Derechos de La Madre Tierra*”, num “Acordo dos Povos” do dia 22 de abril em Cochabamba, o “*sumak kawsay*” foi novamente consagrado como paradigma planetário.

#### **3.1. A proposta do “viver bem” equatoriano**

Em oposição à lógica do capitalismo neoliberal que propõe “viver melhor” com mais mercadorias que ameaçam o equilíbrio ecológico e social, o conceito do “*sumak kawsay*” propõe repartir os bens para que todos possam “viver bem”. A vida humana de todos em harmonia com a natureza é o eixo central dessa proposta.

O *Plano Nacional Para El Buen Vivir* (2009-2013) do Equador resume bem a proposta do paradigma do “viver bem”. O significado profundo desse Plano está na ruptura conceitual do Consenso de Washington (1989, era neoliberal) e dos conceitos ortodoxos do desenvolvimento de hoje (crescimento, rapidez, exportação). O paradigma do “viver bem” representa a busca, em longo prazo, de um novo pacto social, que é construído continuamente.

### **Rupturas necessárias**

a) A ruptura constitucional e democrática, para sentar as bases de uma comunidade política inclusiva e reflexiva, que aposta na capacidade do país para definir outro rumo como sociedade justa, diversa, plurinacional, intercultural e soberana. Para o projeto do “viver bem” é indispensável a construção de uma cidadania radical, que estabelece as condições materiais de um projeto nacional inspirado na igualdade em diversidade.

b) A ruptura ética para garantir a transparência, a prestação de contas e o controle social que favorecem o reconhecimento mútuo entre as pessoas e a confiança coletiva.

c) A ruptura econômica, produtiva e agrária para superar o modelo de exclusão herdado e para orientar os recursos do Estado para a educação, saúde, investigação científica, tecnologia, para o trabalho e a reativação produtiva, em harmonia e complementaridade entre zonas rurais e urbanas. Essa ruptura deve concretizar-se através da democratização do acesso à água e terra, ao crédito e conhecimento.

d) Ruptura social para que, através de uma política social articulada a uma política econômica inclusiva e mobilizadora, o Estado garanta os direitos fundamentais.

### **Identidade ética do “buen vivir”**

A definição do *Buen Vivir* implica reconhecer que se trate de um conceito complexo, vivo, não linear, porém historicamente construído, e que está em constante resignificação. Por *Buen Vivir* os autores entendem “a satisfação das necessidades, o alcance de uma qualidade de vida e morte dignas, a convivência social e ecológica em harmonia. O *Buen Vivir* pressupõe ter tempo livre para o lazer, e que as liberdades, oportunidades e capacidades reais dos indivíduos sejam ampliados.

### **Medidas práticas**

Precisamos um novo modo de geração de riquezas e redistribuição numa sociedade pós-petrolífera:

- a) Democratização dos meios de produção, redistribuição das riquezas e diversificação da propriedade;
- b) Aumento de produtividade real e diversificação das exportações;
- c) Inserção estratégica e soberana no mundo e na América-Latina;
- d) Conectividade e telecomunicações para construir a sociedade da informação;
- e) Mudança da matriz energética;
- f) *Buen Vivir* no marco de uma macroeconomia sustentável;
- g) Sustentabilidade, conservação, conhecimento do patrimônio natural;
- h) Desenvolvimento e ordenamento territorial, desconcentração e descentralização;
- i) Poder cidadão e protagonismo social.

### **3.2. Proposta do *Buen Vivir* boliviano**

O “*buen vivir*” é um conceito de vida longe dos parâmetros do crescimento econômico, longe do individualismo, da relação custo-benefício, da relação utilitarista entre os seres



humanos e a natureza, longe da mercantilização de todas as esferas da vida e da violência culturalmente não mais controlada.

O "sumak kawsay" propõe a incorporação da natureza na história, não como fator produtivo nem como força produtiva, mas como parte inerente ao ser social. Os seres humanos fazem parte da natureza. O "buen vivir" supera as dicotomias cartesianas, entrelaça o tempo linear com o tempo circular, o mito com a história e a objetividade da produção com a subjetividade da "mãe terra".

"Buen vivir", que é possível quando o ser humano vive em comunidade com a natureza, representa uma re-união "fraternal" entre a esfera da política e a esfera da economia. No "buen vivir" o valor de uso da mercadoria está acima do valor de troca (fraudado pela mais-valia expropriada). O ser individualizado da modernidade tem que reconhecer a existência ontológica de outros seres que têm direito a existir e viver com sua alteridade.

Em entrevista recente, o ministro das Relações Exteriores da Bolívia e especialista em cosmovisão andina, **David Choquehuanca**, elencou como essência do "viver bem":

#### **a) Priorizar a vida e os direitos cósmicos**

Viver Bem significa buscar a vivência em comunidade, onde todos os integrantes se preocupam com todos. O mais importante não é o ser humano (como afirma o socialismo) nem o dinheiro (como postula o capitalismo), mas a vida com mais simplicidade possível. Viver bem significa dar prioridade aos direitos cósmicos antes que aos Direitos Humanos. É mais importante falar sobre os direitos da Mãe Terra do que falar sobre os direitos humanos.

#### **b) Construção do consenso**

Viver Bem significa buscar o consenso entre todos. Na hora de conflitos se procura chegar a um ponto de neutralidade em que todos coincidam. Procura-se aprofundar a democracia para que não haja submissão. Submeter a minoria à maioria não é "viver bem".

#### **c) Respeitar as diferenças**

Para viver em harmonia é necessário respeitar a diferença. O respeito se estende a todos os seres que habitam o planeta (animais, plantas). O respeito vai além da tolerância. Aceitar a diferença significa também aceitar a semelhança.

#### **d) Ver na diferença a complementaridade**

Nas comunidades, a criança se complementa com o avô, o homem com a mulher, a terra com a água, a humanidade com os vegetais.

#### **e) Equilíbrio (não-exclusão dos opostos)**

Bem Viver significa levar uma vida equilibrada com todos os seres dentro de uma comunidade e com a natureza. Vivemos atualmente num projeto que exclui. Democracia, justiça, meios de comunicação, terra, natureza – em tudo se mostram mecanismos de exclusão

#### **f) Valorizar a identidade**

Viver bem significa valorizar e recuperar a identidade. Esta identidade tem como base valores que resistiram mais de 500 anos e que foram transmitidos pelas famílias e nas comunidades que viveram em harmonia com a natureza e o cosmos.

#### **g) Saber comer, beber, dançar, trabalhar**

Em tudo prevalece o equilíbrio e os aprendizados ancestrais. O trabalho é algo comunitário e festivo e não produção de mais-valia.

#### **h) Saber se comunicar**

Bem Viver é saber se comunicar. Rezar significa comunicar (cacique Babau). O diálogo é o resultado desta boa comunicação ancestral nas comunidades (oralidade!).

## **i) Escutar os anciãos**

Bem Viver significa ler as rugas dos avós para poder continuar o caminho. “Nossos avós são bibliotecas ambulantes”.

Colonização e civilização não venceram o discurso do “bem viver”. O *sumak kawsay* (“buen vivir”) emerge novamente como tarefa, imperativo e salva-vidas; faz parte daquela sabedoria divina que a humanidade recebeu por muitos caminhos. Ela age, como a sabedoria do Reino, como cunha nas rachaduras da sociedade alienada.

## **4. Construção do “bem viver” como crítica, ascese e solidariedade**

Como cristãos podemos compreender o bem viver como vida em plenitude e como sabedoria do reino, sem privilégios, sem prestígio. O bem viver no horizonte da solidariedade não é para nós, é para os outros: “A outros Ele ajudou, para si mesmo não sabe fazer nada”. Lutamos como servos para que ninguém precise ser servo.

Alguns leitores, talvez possam perguntar: Não existe nenhuma possibilidade de nós sermos também os construtores do nosso bem viver? Você não oferece nenhuma fatia pequena da teologia de prosperidade para nós? O nosso bem viver é resultado do bem viver do outro, e não como compensação transcendental, mas no aqui e agora. Os respingos da felicidade do outro podem iluminar nossa vida, como as dores do outro nos mantém no caminho e na luta.

O contexto político-cultural de hoje dificulta assumir publicamente o conflito social como motor para a construção do bem viver. Quem fala em luta de classe parece não ter compreendido as mudanças de época. Mas um novo modelo de sociedade e desenvolvimento não vai emergir gratuitamente. Por causa dos pobres somos obrigados de nos fazer presentes nessas lutas, evangelicamente responsáveis e socialmente relevantes. Através de pequenas compensações e através de uma legalidade formal, o capital conseguiu impor um contentamento superficial.

Pobres e lideranças dos movimentos sociais foram cooptados por cestas básicas de comida e medidas de mitigação que representam o prato enfeitado daquele que é levado à força. A “ação afirmativa” substituiu a “ação crítica”. A luta com a espada é reduzida à alfinetadas, à produção de documentos, ao profetismo em off. Num contexto de alienação generalizada e de silêncios comprados, temos a tarefa de “desafinar o coro dos contentes” (**Torquato Neto**) e desgovernar a nau dos adaptados que se contentam com o pouco que o gozo regressivo à fase oral e anal (**Freud**) oferece de maneira destrutiva via consumo e acumulação. O bem viver para todos e sempre significa puxar o freio de emergência do projeto acelerado e desgovernado em curso e propor outro projeto civilizatório.

A vida dos cristãos é atravessada pela cruz que assumimos por causa do bem viver dos outros e pela gratuidade. Anunciamos o Reino de Deus como libertação da servidão, nos fazendo servos de todos. A radicalidade da encarnação (e inculturação) tem o nome de solidariedade (cf. *Gaudium et spes*, 32).

Solidariedade, hoje, significa despojamento e ascese. Ascese para nós é libertação do supérfluo, para que todos possam ter o necessário para o bem viver. A ascese é o protesto contra nossa humilhação como consumidores. O consumo é a regressão à fase oral da nossa primeira infância. A ascese é protesto contra a exploração, a exclusão e a fome dos outros. O motivo profundo de uma vida que incorpora a ascese é solidariedade e participação.

Ascese, em sua forma individual, pode significar conversão; e ascese, em sua forma comunitária e sociopolítica, significa ruptura sistêmica e solidariedade. O bom é o inimigo do melhor e do mais. Precisamos aprender a viver melhor com menos.

No horizonte evangélico de uma igualdade radical não existe lugar para a apropriação privada da vida boa, nem da fé, da esperança e do amor. A fé nos foi dada por causa dos

desacreditados. A esperança nos foi dada por causa dos desesperados. O amor nos foi dado por causa dos desprezados. Tudo que recebemos pertence aos necessitados.

Vida boa para todos e para sempre! A dimensão da cruz é a dimensão da ruptura. Ela nos coloca no meio dos grandes conflitos. Nosso equilíbrio está na articulação entre luta e contemplação. O bem viver, no horizonte de todos e para sempre, existe somente no horizonte da ressurreição, que é justiça definitiva para todos e insurreição contra o absurdo!

---

**1-** POMA DE AYALA, Felipe Guamán, El primer nueva corónica y buen gobierno, México, Siglo Veintiuno, 1980, n. 15.

**2** - Cf. FARÍAS, Fernando Amaya. Indio y Cristiano em condiciones coloniales. Lectura teológica de la obra de Felipe Guamán Poma de Ayala: Nueva Crónica y Buen Gobierno.

## Marcelo Barros - Bom viver para todo o mundo

Quarta-feira, 20 de julho de 2011 - 8h43min - Adital - Notícias da América Latina e Caribe

Em julho, os povos indígenas da Ameríndia recordam a figura de Bartolomeu de las Casas, o primeiro bispo católico que ainda nos primeiros tempos da colonização assumiu o papel de defensor dos índios contra os conquistadores. Este primeiro bispo de Chiapas, no sul do México, faleceu no dia 17 de julho de 1586. Nos Andes, um encontro de povos indígenas propõe ao mundo que, para salvar o planeta Terra, a humanidade deveria aprender o Bom Viver como regra ética e critério de organização das sociedades. É o Suma Kwasay dos quéchuas, ou o "Suma Kamana" dos aymara. O povo Guarani o chama lekil Kuxlejal, sinônimo de "vida boa". Significa o que hoje denominamos de "qualidade de vida" e o Evangelho chama de "Vida em plenitude" (Jo 10, 10).

O mundo capitalista sempre prometeu às pessoas a possibilidade de se viver melhor e fala em otimização da produção e do trabalho. Os povos tradicionais não querem apenas isso. Almejam transformar profundamente o modo de viver. Priorizam a sacralidade da vida humana e de todos os seres vivos. Compreendem isso como compromisso de viver de modo sadio, feliz e harmonioso consigo mesmo, com os outros humanos e com todos os seres vivos. Para os povos tradicionais, não é um ideal irrealizável e sim uma utopia possível que temos de construir.

Antigamente, nas comunidades andinas, o bom viver era um método de vida e espiritualidade social. Com a invasão da cultura individualista e do consumo, para que alcancemos novamente este ideal, precisamos nos apoiar em um conjunto de princípios, critérios e iniciativas como alternativas ao tipo de desenvolvimento que privilegia o econômico, sem levar em conta a dimensão humana, social e ecológica. A Bolívia e o Equador inscreveram o bom viver nas suas constituições, como objetivo do Estado. Nestes países, inúmeras conferências e congressos procuram aprofundar um conhecimento cultural das diversas tradições indígenas. Garantindo, assim, uma conduta ética e espiritual que fundamente uma sociedade dirigida à realização de cada pessoa na comunidade e, a partir do cuidado social, garanta o equilíbrio nas relações entre as pessoas, povos, assim como com a Mãe Terra e toda a natureza.

Na sociedade capitalista, o desenvolvimento dos países era calculado pelo Produto Interno Bruto (PIB). Na década de 90, o economista indiano Amartya Sen propôs como critério o "Índice de Desenvolvimento Humano". Isso significa levar em conta não só o aspecto econômico, mas a saúde, educação e liberdade social de cada povo. Já em 1970, no Bostão, país pouco conhecido da Ásia, o príncipe Jigme Singye Wangchuck propôs como critério de classificação, não a produção econômica e o desenvolvimento social, mas o "Índice de Felicidade interna", qualidade de vida digna, baseada nos princípios espirituais do Budismo. A questão é como avaliar o grau de felicidade de uma comunidade e das pessoas na sociedade. Uma ONG inglesa (Friends of the Earth) publicou uma série de itens para medir o grau de felicidade coletiva. Alguns destes elementos são: saúde, estabilidade social, possibilidade de vida familiar, condições saudáveis de trabalho, liberdade e lazer. No começo deste século, esta ONG elaborou uma pesquisa na qual, segmentos da população de vários países responderam a um questionário. Além disso, estas famílias foram visitadas por voluntários que também se pronunciaram sobre as condições de vida nestes países. Os povos que se destacaram pelo índice de felicidade foram pequenos países como Costa Rica, estado desmilitarizado e relativamente pobre, a Colômbia depois da pacificação de sua guerra civil e mesmo Cuba, vítima do bloqueio americano. O povo brasileiro foi considerado dos mais felizes, apesar de tantos problemas sociais e políticos que enfrentamos. Nenhum país rico do G8 aparece na lista dos mais felizes. Os Estados Unidos ocupam o posto 150, igual ao Zimbábue, país africano pobre e ainda imerso em conflitos raciais.

Apesar de que existem grupos religiosos capitalistas que fazem do lucro e da prosperidade econômica um sinal de bênção divina, as grandes tradições espirituais sempre chamaram as pessoas a valorizar mais o ser do que o ter. No evangelho de Mateus, em seu primeiro discurso público, Jesus proclama oito

bênçãos, bem-aventuranças ou situações de felicidade (Mt 5, 1- 12) e no evangelho de João, ele afirma: "Eu vim ao mundo para que todas as pessoas tenham vida e vida em plenitude" (Jo 10, 10).

## Pedro de A. Ribeiro de Oliveira - Bem-viver: proposta de vida na Terra

### Saudação

Não há dúvidas de que há uma crise mundial. Crise financeira, desde setembro de 2008, que pareceu superada em 2010 mas agora voltou com força. Crise ecológica, que já vem de longe (em 1992 na Conferência do Rio tornou-se pública). Crise política: desde 1974 faliram os organismos mundiais de governança, e cada Estado impõe seus interesses.

Neste contexto de crise planetária, as pessoas que proclamam “um novo mundo possível” se voltam para outras fontes de saber, que não seja aquela que nos levou à crise. De *Nossa América* vem a novidade do *Bem-viver* que, como toda utopia, tem a função prática de fazer avançar, corrigir erros e retificar a caminhada, bem como a função teórica de abrir novos horizontes para a ética, a economia, a cultura, a política e a espiritualidade.

### O *Bem-viver* como projeto alternativo

O *Bem-viver* é um conceito que visa recriar, diante do fracasso do neoliberalismo, um antigo conceito de certas culturas andinas como os Quetchua (*Sumak Kawsay*) e Aymará (*Suma Qamaña*). Depois de cinco séculos de colonialismo e dominação européia, os povos tradicionais do nosso Continente buscaram em sua sabedoria ancestral uma proposta de vida que os ajudasse a construir uma nova ordem social e política. No período de mobilização popular contra as políticas neoliberais, aquele projeto de vida coletiva ganhou novo conteúdo e nova forma, e sua força foi tanta que acabou sendo incorporado nas Constituições da Bolívia (2009) e do Equador (2008). Isso despertou a atenção de grupos e movimentos alternativos em outros países e foi assim que, nos últimos anos, o *Bem-viver* entrou na agenda de um número cada vez mais amplo de movimentos sociais, grupos e pessoas de todo o mundo.

Antes de explicar o que é o *Bem-viver*, é preciso deixar claro o que ele não é: uma volta a um passado idealizado. Os povos que viviam neste Continente antes da colonização européia tinham – e, de certa maneira ainda mantêm – modos de vida muito diferentes da moderna sociedade de mercado. Em todos eles o predomínio de relações de reciprocidade para a circulação de bens (dar / receber / retribuir), em lugar de relações de mercado (vender / comprar) e uma tecnologia rudimentar (se comparada à tecnologia ocidental posterior à revolução industrial), condicionaram a constituição de sociedades sem concentração da riqueza, embora socialmente estratificadas conforme seu acesso ao poder político, religioso ou cultural. Por isso, seus valores, suas leis e seus costumes eram – e ainda são – bem diferentes dos valores, leis e costumes da civilização ocidental-cristã. Por este motivo são conceitos inspiradores, mas não modelos a serem imitados.

Se não é um modelo a ser seguido, o que é então o *Bem-viver*?

O conceito refere-se a duas palavras com significados semelhantes em Quetchua e em Aymará: *suma(k)* > muito bom, e *kawsay* ou *camaña* > conviver. Literalmente, deveria ser traduzida como “boa vida”, mas sua conotação no Brasil daria confusão. Sua idéia central é a **vida em harmonia** (i) consigo mesmo, (ii) com outras pessoas do mesmo grupo, (iii) com grupos diferentes, (iv) com *Pachamama* – a Mãe Terra (v) seus filhos e filhas de outras espécies e (vi) com os espíritos.

Sua importância reside principalmente em sua capacidade de abrir nossas mentes para uma outra forma de viver que não seja só uma reforma da forma atual.

### A espécie humana e a Terra

A história das relações entre a espécie humana e a Terra está chegando a um ponto crucial. Desde 100 mil anos atrás, quando nossos ancestrais iniciaram sua migração da África para outros continentes e formaram diferentes povos e raças, muitos eventos marcaram essa história. Dois deles representam mudanças estruturais e por isso são chamados de “revoluções”: a revolução

*neolítica* (há 10 mil anos) que teve como base a domesticação de plantas (agricultura) e animais (criação de gado e aves) e a revolução *moderna* ocorrida há cerca de 500 anos. A primeira possibilitou a fixação dos grupos humanos em territórios e também seu crescimento demográfico. A segunda deu à nossa espécie o domínio técnico sobre a natureza, e assim trata a Terra como um enorme reservatório de recursos naturais a serem retirados, transformados, consumidos e descartados em forma de lixo. Mais recentemente, o processo de *globalização* levou os frutos da tecnociência até os confins da Terra. Assim, a espécie *homo sapiens* reina absoluta no Planeta mas vê, assustada, que sua sobrevivência está ameaçada. O Planeta tornou-se pequeno demais para ela.

O resultado é que hoje a espécie humana detém uma riqueza tão grande que escapa à compreensão de quem não é estudioso do tema: o valor da produção mundial está em cerca de US\$63 trilhões. Para termos uma ideia do que ela representa, basta pensar que se fosse repartida entre toda a população do mundo, cada pessoa receberia US\$9.000 por ano (R\$1.300 por mês<sup>3</sup>). Mas essa riqueza está concentrada nas mãos de pouca gente: os bilionários, que hoje chegam a 1.210 pessoas, possuem um patrimônio total de 4,5 trilhões de dólares (média de US\$2.250.000.000). Um estudo com base em dados de 37 milhões de empresas e investidores foi divulgado pelo IHU em 26/11/2011. Ele identifica 43 mil grandes empresas transnacionais e traça as conexões de controle acionário entre elas. Seu núcleo são 1.318 mega empresas, que em conjunto detêm a maioria das ações das principais empresas do mundo. Seu controle sobre a economia real atinge 60% de todas as vendas realizadas no mundo. Mas a pesquisa vai mais fundo e identifica uma "super-entidade" de 147 empresas intimamente interrelacionadas que concentram riqueza e poder e controlam 40% da riqueza total daquele primeiro núcleo central de 1.318 empresas. A maioria delas são bancos.

Quando a economia mundial cresce, as grandes fortunas aumentam mais do que a miséria diminui. Quando sobrevém uma crise, é contrário: os pobres perdem mais do que os ricos. Ou seja, o aumento da produção beneficia mais os ricos do que os pobres. No caso do Brasil, em 2011 está previsto gastar R\$180 bilhões em juros da dívida pública (uma mega-sena acumulada de R\$20 milhões por hora 365 dias do ano). Ou seja, ao aumentar o PIB e tornar-se o maior exportador de *commodities* (minerais e produtos agropecuários) do mundo, o Brasil responde antes aos anseios de seus credores (o sistema financeiro privado) do que às necessidades da nossa população. O governo se vê obrigado a fazer todo tipo de concessões ao agronegócio e às empresas de mineração (desmatamento, sementes transgênicas, agrotóxicos que contaminam pessoas, terras e águas, e desertificação), para satisfazer a voracidade dos credores e assim manter a estabilidade financeira e aumentar o consumo da população. Ao endividar-se para produzir, e produzir para pagar juros, o ambiente é quem paga a conta e fica com os prejuízos – que no futuro recairão sobre nossos netos e netas.

Muita gente aceita essa realidade, como se fosse natural, inevitável ou sempre tivesse sido assim, e acha que um dia as coisas vão melhorar para todos. É aí que é preciso pensar e questionar: como é que pode a economia crescer sempre, se a Terra continua do mesmo tamanho? A tecnologia avançou tanto que hoje já se exploram os recursos da Terra em locais antes inimagináveis como o petróleo na camada do pré-sal, a 5.000 metros abaixo do nível do mar. Mas não há tecnologia capaz de fazer a Terra crescer. Quando transformarmos todos os recursos da Terra em matéria-prima para a indústria, eles se esgotarão. E aí será o *apagão* da economia, porque o sistema produtivista-consumista está programado para funcionar até o esgotamento de suas fontes de matéria-prima e energia.

Ninguém consegue prever com certeza quando será esse *apagão*, mas é certo que a produção e a acumulação de riqueza gasta muito mais recursos do que a natureza consegue repor. Apesar das advertências, a receita econômica é a mesma: produzir, consumir e crescer sempre! Isto porque o sistema de mercado só funciona ao produzir mais riqueza. O pior é que a economia de mercado produz luxo e lixo. Retira os recursos da Terra, aproveita uma parte e descarta a outra em forma de lixo. É todo tipo de lixo: industrial, nuclear, venenos agrícolas, gases de efeito estufa e outros materiais que a natureza não consegue reciclar. E assim a espécie humana vai alegremente

---

<sup>3</sup> Dados do Banco Mundial para 2010. Na realidade, quase metade da renda está concentrada nos EUA e União Europeia que têm pouco mais de 11% da população mundial, com rendimento médio anual de quase US\$40.000. Para uma comparação: se o valor da produção brasileira fosse igualmente distribuída, cada pessoa aqui residente receberia pouco mais de US\$10.000 por ano.

destruindo a vida do Planeta porque acredita piamente que um dia a tecnociência vai resolver o problema da escassez de recursos e que nossos descendentes serão ricos e felizes para sempre. Este é o mito do progresso sem fim, que embala os sonhos de tanta gente pelo mundo afora...

### **O Bem-viver como alternativa para a economia mundial**

É aqui que entra o *Bem-viver* como uma alternativa econômica ao sistema produtivista-consumista. Se a Terra não é um grande depósito de recursos naturais a serem explorados para produzir riquezas, mas sim a mãe de todas as espécies de vida – a *Pachamama* – o modo de produzir os bens de que necessitamos para viver tem que ser inteiramente diferente. Em vez de extrair / transformar / consumir / descartar, a economia deve ser regida pelo princípio do respeito à Terra. Ela é mãe generosa, mas não é rica. Mãe que nada nega a seus filhos e filhas, mas nós – como crianças mimadas e insensatas – exploramos a generosidade da mãe, tudo exigindo e nada retribuindo. Mesmo adoecida e desgastada como está hoje, a Terra continua a nos oferecer tudo aquilo que durante milênios produziu e conservou em seu seio. O *Bem-viver* propõe então outra forma de relação com a Terra: uma relação regida pelo respeito aos Direitos da Terra. Por conseguinte, é preciso proibir toda obra que lhe cause danos graves, como o projeto de usina hidrelétrica em Belo Monte, no Xingu.

É evidente que, se todos os Direitos da Terra forem respeitados, a produção de riquezas sofrerá uma drástica redução. Mas, pensando bem, mais cedo ou mais tarde o *apagão* dos recursos naturais obrigará nossa espécie a viver pobremente. Podemos então nos antecipar a ele e aprender a diminuir voluntária e planejadamente nosso consumo, e assim realizar o que o economista Serge Latouche chama de sereno *decrescimento* econômico. Não se trata de voltar a modos de vida de séculos passados, mas sim de iniciar desde agora o processo de redução geral de riquezas, de modo a nos prepararmos para um modo de vida muito mais simples. É claro que este não é o projeto dos 1.210 bilionários e das dezenas de milhares de milionários que vão perder sua fortuna, mas é por aí que podemos construir uma economia conforme o *Bem-viver*.

Lembremos a diferença entre *desenvolvimento* e *crescimento*. Quando nascemos, precisamos crescer, mas na idade adulta podemos nos desenvolver sem crescer. Pois isso se aplica à economia: chega de crescer! Podemos viver muito bem sem acumular riqueza, desde que aprendamos a desenvolver outras capacidades humanas e nos ocuparmos com as artes, a cultura, o campo espiritual, a sociabilidade, o esporte...

Uma importante experiência atual neste sentido é a da *Economia solidária*. Se ela for levada a sério como proposta para todos os âmbitos da economia – e não como solução de emergência para situações de precariedade do trabalho – ela poderá abrir um novo horizonte para a resolução do velho problema econômico: satisfazer os ilimitados desejos humanos com recursos naturais limitados. Esse desafio abre nossa reflexão para outra contribuição do *Bem-viver* para um novo horizonte.

### **Nova concepção do ser humano integrado à comunidade de vida**

Fomos formados para entender o ser humano como representante de uma espécie superior a todas as outras. A tradição religiosa judaico-cristã enfatiza que somos "imagem e semelhança de Deus" e que fomos criados para "dominar a terra". Uma interpretação literal dessa tradição dá origem ao *antropocentrismo* – que coloca o ser humano no centro e no topo da criação. A esta concepção refere-se L. Boff:<sup>4</sup>

Ela surgiu há pelo menos cinco milênios, quando começaram a se constituir os grandes impérios, ganhou força com o Iluminismo e culminou com o projeto de tecnociência contemporâneo. Ela partia de uma visão mecanicista e antropocêntrica do universo. (...) O ser humano se entende fora e acima da natureza, como seu dono e senhor, que pode dispor dela a seu bel-prazer. (...) As ecofeministas nos chamaram a atenção para a estreita conexão existente entre antropocentrismo e patriarcalismo, que desde o neolítico faz violência às mulheres e à natureza.

---

<sup>4</sup> P. 180 e 269.



O antropocentrismo é um equívoco, pois o ser humano não é um centro exclusivo, como se todos os demais seres somente ganhassem sentido enquanto ordenados a ele. Ele é um elo, um entre outros, da corrente da vida. Todos os seres vivos são parentes entre si, primos e primas e irmãos e irmãs, porque todos são feitos do mesmo pó cósmico e construídos com as mesmas informações contidas no código genético.

Para superar o *antropocentrismo*, L. Boff traz a proposta da *comunidade de vida*, tema central da *Carta da Terra*<sup>5</sup>. Ela tem o mérito de entender a Terra como um grande organismo vivo do qual somos apenas uma parte, e isso é um avanço na construção de um sistema social, econômico e político de âmbito planetário fundado no respeito dos povos entre si e com o Planeta. Apesar disso, ela ainda conserva o viés antropocêntrico porque também para a *Carta da Terra* existe uma ruptura entre a humanidade e todas as outras espécies vivas. Por ser dotada de consciência e por isso ser a única espécie capaz de produzir conhecimento<sup>6</sup>, a espécie *homo sapiens* fica acima de todas as outras. É como se todos os seres vivos fossem classificados em apenas duas categorias: uma, os pertencentes à espécie *homo sapiens*; a outra, a congregar indistintamente todas as demais espécies, a priori definidas como “inferiores”.

Hoje começamos a perceber que essa atribuição de superioridade à nossa espécie por causa de sua diferença em relação às outras é o preconceito do *especismo*. Assim como o racismo e o sexismo, ele desqualifica o diferente e estabelece uma hierarquia para justificar a dominação. Ora, onde a hierarquia entre diferentes justifica dominação, não há comunidade.

Aqui a novidade do *Bem-viver*, que supera o *antropocentrismo* e o *especismo* ao entender que todas as espécies vivas são igualmente filhas de *Pachamama*, a Mãe-Terra. Somos, sem dúvida, a única espécie a orgulhar-se de sua *consciência*, mas não somos a única capaz de perceber por meio dos sentidos a própria individualidade, estabelecer relação com outros indivíduos – da própria e de outras espécies – e com o ambiente natural onde vive. Embora os limites do que se chama *senciência* não sejam nítidos, é inegável que muitas espécies vertebradas – pelo menos entre mamíferos e aves – têm esse atributo. São capazes de perceber o próprio corpo, sentir dor, prazer, medo, carência, satisfação e empatia com seus semelhantes, especialmente quando estes são filhotes. Por isso, a *senciência* é o fundamento da igualdade básica entre as espécies que formam a *comunidade de vida*, assim como a *consciência* é fundamento da dominação da nossa espécie sobre as demais.

O *Bem-viver* exige abertura de espírito para a inclusão de outras espécies como sujeito de direitos. Ainda não sabemos como isso poderá realizar-se, porque os animais não conseguem expressar-se por meio da fala e dependem que a nossa espécie, pelo exercício da razão, reconheça seus direitos. Com certeza o primeiro passo é entender que a diferença não pode jamais ser motivo para dominar outras espécies nem, pior ainda, tratá-las como coisas. Este primeiro passo pode levar a muitas mudanças em nossa vida prática, como a proibição de uso de animais em experiências de laboratório, a abolição dos tratamentos cruéis e do enjaulamento, bem como a adoção de dieta alimentar vegetariana.

Na medida em que dermos o primeiro passo no sentido de incluir na esfera dos direitos outras espécies vivas – pelo menos aquelas dotadas de *senciência* – conseguiremos vislumbrar o passo seguinte na implementação de uma *comunidade de vida* digna desse nome. Antes desse primeiro passo, porém, tudo que dissermos será apenas elucubração inconsequente.

## **Conclusão: novo horizonte para a política**

O *Bem-viver* representa hoje um enorme desafio ao pensamento e à prática, porque constitui uma nova utopia, que toma o lugar da antiga utopia do progresso sem fim que está desmoronando. Como toda utopia, o *Bem-viver* é ideia-força, não um sonho irrealizável. É ideia que deve mobilizar as vontades para tornar-se realidade na história, e não um ideal ilusório que nos afasta do real. Para

---

<sup>5</sup> A *Carta da Terra*, que merece tornar-se um guia para o estabelecimento de relações mais humanas entre os povos e destes com a Terra, pode ser acessada em: <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/index.html>

<sup>6</sup> O paradigma cartesiano, sobre o qual foi construída a ciência moderna, supõe a separação radical entre o sujeito que conhece (*res cogitans*) e o objeto a ser conhecido (*res extensa*), aí incluído tudo existe, mensurável e quantificável, independentemente de ter ou não vida.

quem já não acredita mais na utopia do progresso sem fim e não se contenta com medidas no sentido de reduzir os danos do atual sistema de mercado, o *Bem-viver* desperta uma nova esperança e abre o horizonte para projetos radicalmente diferentes.

Ao superar o antropocentrismo e entender a espécie humana como parte responsável por cuidar da grande *comunidade de vida* – e não como espécie com o direito de dominar as demais – o *Bem-viver* obriga a reformular nossa teoria econômica. Nesta perspectiva, os fatores naturais e ecológicos não podem mais ser considerados “externalidades” ao processo produtivo, mas bens cujo valor econômico precisa ser contabilizado. Seus parâmetros de sucesso não se medem mais pelo PIB, mas sim pelo grau de harmonia que se alcança na relação (i) consigo mesmo, (ii) com outras pessoas do mesmo grupo, (iii) com grupos diferentes, (iv) com *Pachamama* – a Mãe Terra (v) seus filhos e filhas de outras espécies e (vi) com os espíritos. Aí, e não no consumo de bens e serviços, reside a felicidade humana. Esta é uma lição de sabedoria que o mercado tenta desqualificar como ingênua, mas que poderá resistir à grande crise do *apagão* dos recursos naturais do Planeta.

Também nossa teoria política precisará passar por profunda mudança para moldar-se ao *Bem-viver*. Se não somos a única espécie a ser considerada como sujeito de direitos, a teoria política precisa alargar seu horizonte para incluir outras espécies – pelo menos as sencientes – numa ordem planetária muito mais complexa do que aquela que hoje temos em vista. Uma vez estabelecidos e reconhecidos os Direitos da Terra e de toda a *comunidade de vida* que nela habita, novas formas de governança deverão ser inventadas, para assegurar uma relação o quanto possível harmoniosa entre essas formas de vida desde o âmbito local até o âmbito planetário.

x x x

É claro que tais propostas encontram e encontrarão muitas resistências. No primeiro momento em que ouvi falar de *Bem-viver*, minha reação foi de pensar que era um novo nome para uma antiga utopia. Foi preciso estudar um pouco o assunto para perceber sua radical novidade e então entender que aí está uma alternativa viável para a existência humana no século XXI.

Teimoso e forte, o sistema produtivista-consumista regido pelo mercado seguirá destruindo os recursos naturais do Planeta até seu completo *apagão*. Pode-se prever que aumentarão em número e em intensidade os conflitos pelo controle do petróleo, da água, da terra cultivável e de minerais cada vez mais raros. Ainda que políticas de empoderamento dos setores sociais mais vulneráveis possam reduzir seu sofrimento, não haverá como evitar a crise que vai marcar o fim desse sistema. Será esse o momento de a utopia do *Bem viver* revelar seu valor. Para isso, ela precisa ser desde hoje alimentada por meio de novas práticas sociais, políticas, econômicas e espirituais.

## Ivo Lesbaupin - Por uma nova concepção de desenvolvimento

**Ivo Lesbaupin\***

A maior crise econômica mundial desde 1929 eclodiu publicamente em 2008. Ela foi produzida pelas políticas neoliberais e pela globalização econômica implementadas nos últimos 30 anos. Em poucos dias, os dogmas neoliberais foram derrubados e as consequências da economia de mercado desregulada ficaram mais evidentes: desemprego, exclusão, aumento da desigualdade social, violência. Tudo isso aliado a uma enorme destruição ambiental. Mesmo desnudado, porém, o capital financeiro não desistiu do seu caminho.

A saída da crise mundial não pode ser a retomada do crescimento econômico anterior, apoiado na lógica “produtivista-consumista”: a saída é romper com o modelo econômico baseado na exploração e no lucro e o estabelecimento de um modelo de sociedade baseado em uma economia solidária e ecológica, na relação respeitosa com a natureza e na busca do bem viver (1), produzindo aquilo que é necessário e evitando o esgotamento dos recursos naturais.

Nós temos um país com riquezas naturais invejáveis, dotado de uma enorme biodiversidade, com terra agricultável em quantidade, com uma imensidão de mão de obra apta a trabalhar – o principal recurso para o desenvolvimento – e com um parque produtivo que foi atingido, mas não destruído pelas políticas neoliberais. Somos banhados pelo sol o ano inteiro, temos 13,8% da água doce do mundo e temos ventos: ou seja, poderíamos ter toda a nossa energia “limpa”, solar, eólica, hídrica (2).

É mais que nunca o momento de pensar um modelo de desenvolvimento centrado nas necessidades humanas, que garanta a reprodução da natureza, evite o desperdício e não esgote os bens de que precisamos para viver. Um desenvolvimento que esteja voltado para a vida, e não para a maximização do consumo.

Nosso objetivo é a vida, e não a produção: a produção é um meio, não um fim. O que importa é melhorar as condições de vida, o viver bem, juntos, e trabalhar para obter o que é necessário para atingir esse objetivo. É preciso responder às necessidades sociais: alimentação, habitação, vestuário, trabalho, saúde, educação, transporte, cultura, lazer, segurança. Temos necessidade também de conhecer, aprender, ler, estudar. Temos necessidade de música, de dança, de esporte, de atividades físicas e espirituais (3).

Precisamos pensar outra concepção de desenvolvimento, centrado na satisfação dessas necessidades. Desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, como afirma a teoria econômica dominante, difundida pela grande mídia. Desenvolvimento não é sinônimo de “produtivismo-consumismo”. Desenvolvimento é desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade para que tenham vida e possam viver bem (4).

Isto implica em garantir proteção social para que elas sintam-se seguras face às dificuldades imprevistas que podem atingir qualquer ser humano. O que é necessário para conseguir esses bens? Como obter aquilo de que precisamos sem destruir as condições que nos permitem viver no planeta, sem acabar com a água, os peixes, os animais, a terra cultivável, as florestas, a diversidade cultural, social e biológica? Como organizar a sociedade de modo que haja trabalho para todos?

Há uma forte tomada de consciência, nos últimos anos, do processo acelerado de desequilíbrio das condições climáticas, do aquecimento global, da destruição de inúmeras espécies, da redução de nossas florestas e dos riscos que essas mudanças trazem para a humanidade. Fenômenos naturais extremos têm atingido inúmeros países, inclusive o Brasil, causando destruição e morte. Por outro lado, embora cresça essa consciência, há uma intensa campanha para desacreditar os dados relativos às mudanças climáticas.

Os que financiam essa campanha são aqueles que querem manter suas atividades lucrativas – entre outras, empresas petrolíferas e carboníferas – mesmo em detrimento da humanidade (5).

Aqui está o cerne da questão. Não basta fazer coleta seletiva de lixo, evitar o desperdício de água, substituir os carros a gasolina por carros elétricos. Na verdade, o que é preciso mudar, para interromper a destruição do planeta, é o tipo de desenvolvimento. Desde o século passado, a economia é centrada na produção crescente e no consumo de bens. O objetivo prioritário da economia dominante é o crescimento econômico: o critério universal de avaliação de um país é o PIB (Produto Interno Bruto) – quanto mais produzir, quanto mais vender, melhor é o país, melhor está sua economia (6).

Nessa toada, vão embora os recursos naturais – a água, a terra fértil, o ar saudável, as árvores, os minérios etc. Os especialistas dizem que precisamos de mais de uma Terra para garantir o nível de consumo atual – sendo 80% desse consumo concentrado nos países desenvolvidos, que têm apenas 20% da população total. É fundamental mudar isso. Mais que fundamental, é urgente, inadiável: se mantivermos o sistema atual, a humanidade desaparecerá (7). No dizer de Leonardo Boff, “a Terra pode sobreviver sem nós, mas nós não podemos viver sem a Terra”.

Esta é a preocupação do economista Joan Martínez Allier, no livro *Da economia ecológica ao ecologismo popular* (1998) (8). Segundo esse autor – que tem em Georgescu Roegen o precursor dessa linha de pensamento –, economia ecológica “é uma economia que usa os recursos renováveis (...) com um ritmo que não exceda sua taxa de renovação e que usa os recursos esgotáveis (...) com um ritmo não superior ao de sua substituição por recursos renováveis” (9).

Lester Brown publicou, em 2001, a obra *Ecoeconomia: construindo uma economia para a Terra* (10). Depois de mostrar a destruição que vem ocorrendo e como ela vai se acelerar se não mudarmos, ele propõe outro tipo de economia: desde a mudança da matriz energética até a indústria que deveríamos ter, a agricultura etc. (11). Esses e vários outros pensadores estão estudando, buscando e propondo outras formas de viver e trabalhar.

A Via Campesina, organização mundial que reúne um conjunto de movimentos de trabalhadores rurais, propõe um modelo de agricultura radicalmente diferente deste dominante: se opõe à dominação das multinacionais, ao agronegócio, aos transgênicos e à dependência dos agrotóxicos. Eles exigem a reforma agrária para que todos os trabalhadores tenham terra e condições para plantar. E propõem um modelo apoiado na agroecologia, nos alimentos orgânicos, na produção diversificada e na agricultura familiar (12).

## **Crescimento brasileiro**

Precisamos reconceituar o desenvolvimento. Não basta acabar com o neoliberalismo e substituí-lo pelo keynesianismo. O capitalismo neoliberal é mais destrutivo que o keynesiano, sem dúvida. O capitalismo keynesiano visa ao pleno emprego – um objetivo que compartilhamos – e permite constituir um Estado de bem-estar social. Mas, para isso, supõe uma produção e um consumo cada vez maiores, de massa.

Hoje, no entanto, esta saída não é mais possível. Para superar a crise de 2008, o governo brasileiro incentivou o consumo, reduzindo ou eliminando impostos e aumentando o crédito, para que as pessoas comprassem mais carros, geladeiras, máquinas de lavar. Essas medidas “dinamizaram” a economia: houve crescimento, o Brasil superou a crise mais rapidamente que outros países. Mas que economia? A serviço de quem? E qual o preço a pagar em termos de destruição das condições que garantem a vida? É isso que precisa ser mudado.

Queremos um desenvolvimento que nos dê vida, e não produtos. Temos de produzir aquilo que precisamos, não aquilo que as empresas querem que consumamos para atender à sua ganância por lucro. Não precisamos de um celular novo por ano, de uma televisão a cada Copa do Mundo, de mais ruas,

avenidas e viadutos para garantir a venda de mais carros. Não precisamos de máquinas de lavar, que quebram depois de um ano, ou computadores, que ficam obsoletos depois de alguns meses. Tudo aquilo que precisamos pode ser feito de modo a ter longa duração, a poder ser aperfeiçoado sem ser trocado, a ser consertado em vez de eliminado. Precisamos de reengenharia, sim, mas para que nossas indústrias dediquem-se a utilizar o que já existe para produzir coisas novas e úteis.

Não precisamos de propaganda para nos convencer a comprar um novo produto, muitas vezes supérfluo. Aquilo de que precisamos não supõe propaganda: basta a informação sobre sua finalidade e as substâncias que contêm. Com isso, saberemos decidir por nós mesmos qual dos produtos nos convém.

Sim, é verdade: “outro mundo é possível” – e ele será melhor que o atual.

(1) “A expressão Viver Bem, própria dos povos indígenas da Bolívia, significa em primeiro lugar ‘viver bem entre nós’. Trata-se de uma convivência comunitária intercultural e sem assimetrias de poder (...). É um modo de viver sendo e sentindo-se parte da comunidade, com sua proteção e em harmonia com a natureza (...), diferenciando-se do ‘viver melhor’ ocidental, que é individualista e que se faz geralmente a expensas dos outros e, além disso, em contraponto à natureza”. Isabel Rauber, apud <http://isabelrauber.blogspot>. com. Acesso em 22/08/2010.

(2) Mas não com megaprojetos de usinas hidrelétricas, destruidores das populações e do meio ambiente. Se fosse feita a repotencialização das usinas existentes e se implementassem a produção de energia eólica e solar, teríamos energia suficiente para tudo aquilo de que o país necessita.

(3) Cf. Michael Lowy, “Ecosocialism, democracy and planification”, 2007 (apud [www.europe-solidaire.org](http://www.europe-solidaire.org)); Ecologia e socialismo (São Paulo, Cortez, 2005); Marcos Arruda, Tornar real o possível, Petrópolis, Vozes, 2006.

(4) Cf. Marcos Arruda, op.cit., 2006.

(5) Cf. Paul Krugman. “Quem assa o planeta?”. New York Times. 25/07/2010.

(6) Cf. Carlos Lopes, Ignacy Sachs e Ladislau Dowbor, “Crises e oportunidades em tempos de mudança”, 2010, 15 págs. Disponível em [www.dowbor.org](http://www.dowbor.org).

(7) Cf. Jared Diamond, Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Rio de Janeiro, Record, 2009.

(8) B lumenau, Ed. da FURB .

(9) Idem, p. 268

(10) Earth Policy Institute, W. W. Norton & Company.

(11) Em 2009, ele publicou o livro Plan B 4.0 – Mobilizing to Save Civilization. Disponível em [www.earth-policy.org](http://www.earth-policy.org).

(12) “Plataforma da Via Campesina para a agricultura”. Disponível em [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acesso em 26/05/2010

\* Ivo Lesbaupin é sociólogo, membro do Iser Assessoria e da direção nacional da Abong (Associação Brasileira de ONGs).

**(Le Monde Diplomatique Brasil)**

O *Bem-Viver*(1) é um conceito dinâmico, em permanente construção e reinterpretação. Ele tem por base as experiências e sabedorias dos povos originários da América Latina e Caribe. "*Bem-Viver*" é uma interpretação do Sumak Kawsay quíchua(2) dentro da realidade complexa e desafiadora do sistema do mercado global, com suas rápidas mudanças e seus impactos destruidores das condições de vida da humanidade no planeta Terra. É uma proposta aberta, que vem inspirando novos e diferentes posicionamentos na busca de gerar uma cultura da vida, em atitude de respeito e reciprocidade com todo o universo. Uma nova postura que exige rupturas, travessias, rompimento com sistemas e esquemas mentais dominantes.

Assim como os povos originários quechua, aimara, guarani etc. viviam em busca da sociedade do *Bem-Viver* ou da Terra sem Males, grupos explorados e escravizados no Egito fizeram uma caminhada em busca de dignidade e autonomia, em um território coletivo. Este é o sonho que gerou o Êxodo (Ex 15,2-21). Quando a esperança de um povo é forte, ela engravida a história. Foi o que aconteceu no final do 12º século a.C: o Egito ficou debilitado pelas constantes investidas dos filisteus e também pelos problemas internos (cf. Ex 12,29-13,16). Nestas circunstâncias, animados pelo desejo de libertação e pela presença do Deus libertador que escuta o clamor dos empobrecidos (Ex 3,7-10), o grupo preparou-se para a saída às pressas, como transparece em Ex 12,11.

Este processo libertador começou com a solidariedade transgressora entre mulheres egípcias e hebréias (Ex 1,15-22), com a criatividade da mãe e da irmã de Moisés (Ex 2,1-4) e com a adoção do menino pela filha do Faraó (Ex 2,5-10). Elas salvaram Moisés da morte e o capacitaram para liderar o povo, na travessia da escravidão para a liberdade. Mas, outros grupos discriminados da época também contribuíram para a caminhada do povo bíblico. Foi junto às tribos do deserto, caminhando como pastor nas terras de Madiam, que Moisés fez uma nova experiência de Deus (Ex 3,1-10) e adquiriu um novo olhar para compreender a si mesmo e ao mundo desigual de onde viera. Ao fazer a experiência de Javé, Moisés descobre a sacralidade da Terra e percebe que Deus vê, escuta, conhece e se aproxima do povo oprimido.

É em nome de Deus libertador que esse grupo de escravos e escravas se organiza para construir juntos uma história de luta por justiça e de *Bem-Viver* para todos! Sonhando juntos, conseguem arriscar-se a fazer perigosa e incerta travessia. Ao escapar do exército opressor, Miriam lidera uma celebração (Ex 15,19-21)! Celebrar é preciso, mas, não basta! Sair do Egito, da terra da escravidão é uma façanha! Mas, não é suficiente! É preciso construir um futuro inédito! É preciso caminhar pelo deserto, confiantes na força de Javé,

para construir um projeto de autonomia e *Bem-Viver* para todos! Mesmo reclamando, é preciso manter a caminhada (Ex 15,24; 16,2. 17-18; 17,2-3), aprendendo dia a dia que não é justo acumular para si, deixando faltar para os irmãos e irmãs.

O resgate desta memória do êxodo bíblico pode ajudar-nos a superar a tentação do "ter", a ganância e a ambição desmedida de acumular ou de consumir. O texto de Êxodo 16,16-18 pergunta-nos se somos capazes de partilhar bens, saberes, dons; se aceitamos aprender algo das antigas sabedorias; se somos capazes de vivenciar a experiência sagrada de dialogar e de comer juntos; se estamos dispostos a recuperar a dignidade da nossa espécie. Nesse sentido, há um universo de comunicação entre as pessoas que necessita ser explorado. Não adianta ser uma pessoa competente, se não consegue se relacionar em profundidade com outras pessoas. No conceito do *Bem-Viver* e na experiência da caminhada bíblica há toda uma gama de gentileza, de atenção criativa e livre, de gratuidade que precisa ser treinada desde a infância para que a arte de dialogar seja desenvolvida e um "outro mundo" seja possível.

Não são necessários muitos gestos para informar que algo novo já estava acontecendo. Basta observar que, em pleno deserto, acontece um banquete sagrado. "Vieram Aarão e todos os anciãos de Israel para comerem o pão com o sogro de Moisés, diante de Deus" (Ex 18,12b). Esse banquete é sagrado, não somente porque é celebrado por um sacerdote madianita. É sagrado porque todo banquete é sagrado. A cotidianidade da comida e da bebida já está inserida no plano do sagrado. A faísca de esperança que faz arder o coração de milhões de pessoas no mundo é poder comer em paz e liberdade o seu pão, na alegria da convivência. Êxodo 18,12 acende ainda uma luz mais forte. As pessoas que comem o pão diante de Deus são de etnias e religiões diferentes. Todos se alegram com a experiência da libertação do grupo que estava sendo escravizado no Egito. Todos bendizem e louvam Javé, o Deus dos pequenos.

A certeza da presença fiel de Javé na caminhada leva o povo bíblico a superar crises e a fazer história. A certeza da presença de Jesus Cristo em nossa caminhada, hoje, muda totalmente o nosso olhar. Passamos a ver na complexa realidade atual o futuro que se esconde, como um *germe* pequenino, porém garantido pela força da ressurreição de Jesus, o Cristo, que se entregou totalmente para anunciar e realizar o Reino de Deus. Os evangelhos nos mostram Jesus apaixonado pelo Reino, incansável em sua entrega ao povo abandonado e desprezado pelos chefes religiosos do seu tempo.

Nesta busca de relacionar Bíblia e *Bem-Viver*, deixamo-nos surpreender, também, pela fé e a ousadia de uma mulher excluída: a Sirofenícia. Com fé e ousadia, ela conquista para todas as pessoas o direito à vida e à dignidade. Parece importante ressaltar que ela era uma mulher estrangeira, pobre, pagã e sozinha. O texto (Mc 7,24-30) deixa entender que era ela quem se sentia responsável pela filha doente e que não tinha um homem com ela. Como uma pessoa com tantas marcas de exclusão tem coragem de levantar a cabeça, sair do seu mundo e ir buscar libertação para sua filha? De onde vem a força para esta mulher? O

desejo de saúde, de libertação para sua filha, lhe dá forças! Ela enfrenta a cara feia dos discípulos que não querem deixar que ela incomode Jesus. Aliás, foi ele quem pediu para não ser incomodado (v.24). Enfrenta também a resistência de Jesus, que lhe responde a partir daquilo que aprendeu desde pequeno: "deixa que primeiro os filhos se saciem, porque não é bom tirar o pão dos filhos e atirá-lo aos cachorrinhos" (v.27).

Além disso, Jesus parece estar convencido de que sua missão é junto ao povo judeu. Parece que a questão da comida é muito importante para ele, neste momento. Está comovido pela fome e desorientação daquela multidão de pobres que o procuram (Mc 6,34; 8,2). Mas, a mulher pagã abre seus olhos para uma imensa multidão de mulheres pobres, excluídas também por sua raça. Sua reclamação é coletiva. Ela mostra a Jesus que todas as pessoas têm o direito ao dom de Deus: "É verdade, Jesus! Mas, os cachorrinhos comem as migalhas que caem da mesa das crianças! "Se para o senhor eu sou uma cachorrinha, então me dê as migalhas a que tenho direito!" E, na "casa de Jesus", isto é, na comunidade cristã, a multiplicação do pão para os filhos foi tão abundante que estavam sobrando doze cestos de migalhas para os "cachorrinhos", isto é, para os pagãos! Na resposta de Jesus aparece uma postura nova. Ele se dá conta de que a fala daquela mulher é palavra de Deus para ele: "por causa da tua palavra vai: o demônio saiu da sua filha" (Mc 7,29). A atitude da mulher abriu um novo horizonte na vida de Jesus.

Através da mulher pagã Jesus descobriu melhor que o projeto do Pai é para todos os que buscam a vida e procuram libertá-la das cadeias que aprisionam a sua energia. Também mostra a importância da partilha, pois ela gera abundância que pode beneficiar aos que nada têm. As "migalhas" debaixo da mesa sugerem uma saída alternativa para a situação de carência e fome. Não importa a quantidade, quando se partilha tudo, até as migalhas, gera-se a abundância necessária para saciar a fome do mundo.

O evangelho de Marcos está mostrando que, enquanto a partilha pode saciar a fome de milhares de pessoas no deserto, a concentração pode gerar a fome em toda parte. Concentração de saber, de poder, de terras, de bens fundamentais para a vida... O evangelho de Marcos mostra, ainda, que é preciso alargar o horizonte do nosso olhar. Até Jesus fez isso. Ele conseguiu escutar na fala de uma mulher pagã a Palavra de Deus para ele, pedindo a mudança de visão que possibilitava uma ampliação dos destinatários da sua missão(3).

Uma espiritualidade nova exige uma visão ampla da vida e das relações. Daí, o desafio de resgatar o discipulado de iguais, iniciado por Jesus. Para ser anúncio e sinal do Reino de Deus, necessitamos ampliar as alianças, as redes e parcerias, deixando de lado a competição e as buscas paralelas. Avançar em meio aos desafios do mundo globalizado e excludente para gerar uma sociedade do *Bem-Viver* supõe a retomada consciente e apaixonada do seguimento de Jesus.



Notas:

(1) Nos dias 25-29/07/2011, realizou-se o Curso do Rio com o tema: Sociedade do Bem-Viver: Cidadania, Fé e Vida no Planeta. Este pequeno artigo é uma síntese da minha assessoria no curso, que tinha por tema: Propostas bíblicas do Bem-Viver: A Cartilha da Caminhada (Ex 15-18) e a prática de Jesus.

(2) *O Bem-Viver* é um sonho dos povos aimara, quéchua, guarani e também de outros povos originários do nosso Continente. Em 2008, foi incluído na Constituição do Equador e em 2009, na Constituição da Bolívia.

(3) Mercedes Lopes e Carlos Mesters, "Comunidade que partilha – Perspectiva econômica e ecológica do evangelho de Marcos", em *RIBLA* nº 59, Petrópolis: Vozes, 2008, p.20-33.